UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DA HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

LEONEL VICENTE MENDES

GUINÉ-BISSAU ENTRE PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E CRISES POLÍTICAS: O GOLPE MILITAR DE 12 DE ABRIL DE 2012 GÊNESE E DESDOBRAMENTOS

São Francisco do Conde

2016

LEONEL VICENTE MENDES

GUINÉ-BISSAU ENTRE PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E CRISES POLITICAS: O GOLPE MILITAR DE 12 DE ABRIL DE 2012 GÊNESE E DESDOBRAMENTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado em Universidade de Intergração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessária para obtenção do titulo de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

São Francisco do Conde

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M491g

Mendes, Leonel Vicente.
Guiné-Bissau entre processo de democratização e crises políticas : o golpe militar de 12 de abril de 2012 : gênese e desdobramentos / Leonel Vicente Mendes. - 2016.
69 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.
Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

1. Democratização - Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - História - Revolução, 2012. 3. Guiné-Bissau - Política e governo. I. Título.

BA/UF/BSCM CDD 966.5

Ficha catalográfica elaborada por Bruno Batista dos Anjos, CRB-5/1693

LEONEL VICENTE MENDES

GUINÉ-BISSAU ENTRE PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E CRISES POLITICAS: O GOLPE MILITAR DE 12 DE ABRIL DE 2012 GÊNESE E DESDOBRAMENTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado em Universidade de Intergração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessária para obtenção do titulo de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 25/11/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profª. Drª. Fábia Barbosa Ribeiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Carlindo Fausto Antônio

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasleira - UNILAB

Dedico este trabalho aos meus pais, Vicente Mendes e Arrete Mendes, que me trouxeram ao mundo, os meus irmãos Viezzer Vicente Mendes e Benvindo Vicente Mendes, ao meu primo Sumaila Sambú. Às minhas irmãs, Adama Vicente Mendes e Inês Mendes dos Santos, e à minha querida namorada Noemia Armando Monteiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus nosso senhor por ter me possibilitando as condições para que eu podesse chegar ao final dessa jornada e conseguir bons resultados.

Meus agradecimentos ao meu orientador Professor Doutor Pedro Acosta Leyva, pela dedicação e paciência no atendimento. Agradeço Professora Doutora Patrícia Godinho Gomes, que me incentivou no tema do trabalho e me apoiou no aprofundamento do conhecimento da história e politica contemporânea da Guiné-Bissau. Agradeço o sociólogo Miguel de Barros, Diretor da Organização Não Governamental Tiniguena da Guiné-Bissau, pelas ideias e sugestões do trabalho.

Agradeço todos os professores da UNILAB de campus dos Malês mesmo não sendo os meus orientadores, mas pelas sugestões e ideias, pela disponibilidade pelo apoio ao longo de desenvolvimento deste trabalho, em particular o Professor Doutor Gerhard Seibert, à Professora Doutora Cristiane dos Santos Souza, o Professor Doutor Marcos Lopes e o Professor Doutor Ismael Tcham. Agradeço também o meu gradíssimo amigo Jair Cardoso dos Santos, pelo apoio e acolhimento aqui no Brasil. Agradeço a instituição federal UNILAB-Campus dos Malês, pela oportunidade que me ofereceu, por me ter proporcionado a abertura de novas horizontes. Agradeço no fundo do coração a minha querida namorada Noemia Armando Monteiro, pela paciência, atenção e apoio moral e material na realização deste trabalho. Muito obrigado Helka Sampaio e Fernanda Borba bibliotecárias da faculdade. Agradeço igualmente amigos e colegas da faculdade que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, Felizmina Nancassa, Petimama Gomes, Catia Manuel, Luís Namua Utinco, Nivaldo Cassemiro Ié, Tiago Silveira e Marcelo Lenz. Agrdeço também todos, familiares e amigos que andam sempre preocupados comigo de saber do meu estudo aqui no Brasil, Rui Na Dalna, Noel Vieira, Edgar Da Silva (Edi Capchu), Muscuta Sambú, Lino Lopes Fernandes, Gervasio Mendes, Cabine Mendes, Pauleta Mendes, Rumão Mendes, Adija Nhumbai, Chelse Monteiro, Tatiana Monteiro Nhacem, Djibril Candé, Ivania Mendes, Luciono Silva, Marlem Jenabu Djau, e Ivanira Mendes. Por último agradeço Tony Mendes, Aladje Tanzikora e Albino Gomes Vermelho pelos matérias que me facultaram ajudaram bastante na elaboração do trabalho de conclusão do curso. A MINHA ETERNA GRADIDÃO!!!

À exclusão sistemática dos candidatos derrotados e dos seus partidos, consolidando simultaneamente a mentalidade de "o vencedor fica com tudo", que é perniciosa e instigadora de conflitos em tudo o que toca à Presidêncial.

(THOMPSON, Peter e O'REGAN, Davin)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo procurar entender as razões que levaram a CEDEAO enquanto principal organismo para manutenção de paz e desenvolvimento na África ocidental tolerar o golpe de estado de 12 de abril de 2012, e em seguida apoiar o governo de transição. A grande espetativa de mudança econômica e política que se esperava depois das eleições presidenciais antecipada de 2012 na Guiné-Bissau, mas as alianças do poder estabelecidas entre militares e alguns políticos interromperam segunda volta do processo eleitoral e afastou autoridades democraticamente eleitas através do golpe de estado protagonizado pelo comando militar liderado por CEMGFA António Idjai. A presença de autoridades angolanas MISSANG no país que apoiava o processo da reforma no setor da defesa e segurança foi fortemente critícadas e acusados de planejar uma conspiração contra exércitos nacional. A reação dos exércitos guineense culmina com derrube do governo. Verifica-se que essa justificativa pouco a ver com a realidade, o objetivo principal do golpe é impedimento de realização de segunda volta das eleições. Atendendo a situação de disfuncionalidade das instituições judiciarias que não resolve os problemas internos golpes de estado, ciclos de violência, a impunidade, assassinatos seletivas e conspiração, violação de direitos humanos e instabilidade. A solução passa para alteração de equilíbrio de força entre políticos e militares, a autoridade suprema que detém poder são militares. É urgente a conclusão da reforma no setor militar sendo um processo político que visa a restruturação do setor da defesa e segurança fazendo um recrutamento de novos a gentes mais dinâmica equilibrado em termos étnico.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, As Crises Política, Democratização, Golpe de Estado 2012.

ABSTRACT

This work is trying to understand the reasons which led ECOWAS as the main organization for maintaining peace and development in West Africa tolerate the coup d'etat of April 12th, 2012, and then support the transitional government. The great expectation of economic change and political expected after the early 2012 presidential elections in Guinea-Bissau, but the alliances of power established between the military and some political interrupted second round of the electoral process and removed democratically elected authorities by coup played by military command led by CEMGFA Antonio Idjai. The presence of MISSANG Angolan authorities in the country supporting the reform process in the defense and security sector was heavily criticized and accused of planning physical elimination against national armies. The reaction of the Guinean army culminates with government overthrow. It appears that this justification little to do with reality, the main goal of the coup d'etat is prevented from conducting second round of elections. Given the dysfunctionality situation of judicial institutions does not solve the internal coups problems, cycles of violence, impunity, selective assassinations and conspiracy, violation of human rights and instability. The solution is to force balance of change between political and military, the supreme authority holding power are militaries. It is urgent to end the reform in the military sector and political process aimed at restructuring the defense and security sector making a new recruiting us more balanced dynamics in ethnic terms.

Keywords: Guinea-Bissau, Political Crisis, Democratization, Coup d'etat 2012.

RESUMO

Nes trabadju n'misti intindi roson ki leba CEDEAO suma organizason principal pa garanti paz ku desenvolvimentu na África ocidental tolera golpe di stadu di 12 de abril de 2012, dipus i kumpanha governo di transison. Spetativa garandi dimas na mudança na economia ku na politica ku na peradu ba dipus di eleison aticipadu di 2012 na Guiné-Bissau, ma aliança di poder kufasidu entre militares ku alguns políticos interumpi sugundu bolta nunde ku púbis bai pa kudji presidenti é tira autoridade di urna ku golpe de stadu ki fassidu pa comando militar kabesadu pa CEMGFA António Indjai. Manera ku militares angolanos MISSANG staba na tchon di Guiné na djuda na reforma na setor di difesa ku segurança ié criticado, i tambi é acusadu di kuma é na purpara ba golpi contra tropas di Guiné-Bissau. Reasson di militaris guineense i kaba ku bati governo. Mas splikason i ka kil ku sedu bardadi, i roson principal di golpi i pa tudji pa i fassidu segundu bolta de ieleison pa kudji presidenti. Suma instituisons di justiça kata tarbadja suma manera ki dibidi sedu i ka resolvi purblemas di terra suma golpis di stadu, anus di violência, dika kumpri lei, matansas kutchutchi utru, violason di diritus di pekaduris i ku falta de stabilidade. Suluson pa resolvi es purblemas i pa i mudadu equilibriu di forsa entri politicus ku militares, puder civil ki dibidi manda riba di militares. I urgente pa i cabantadu reforma na setor militar suma i um caminho politico kuta permiti restruturason di setor di difesa ku di segurança pa fasi um recrutamentu di djintis nobu mas dinâmico, kaulificadu i ku equlibriu entre etnias..

Palabras-tchabi: Guiné-Bissau, Crises Política, Democratizason, Golpi di Stadu 2012.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura.1	Mapa da Guiné-Bissau	14
Figura.2	João Bernardo Nino Vieira e Tagme Na Waié.....	22
Figura.3	Tribunal de Setor de Cacheu, Bula e Calequisse	30
Figura.4	Carlos Gomes Júnior.....	38
Figura.5	Contagem dos votos na Urna	42
Figura.6	António Indjai, CEMGFA.....	44
Figura.7	Serifo Nhamadjo.....	49

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro. 1 Resumo de Altos Oficiais Militares Perseguidos, Torturados e Assassinados (1985 a 2010)..... 23

Quadro. 2 Distância média entre habitação e um Tribunal de Primeira Instância 30

Quadro. 3 Golpes de Estado Concretizados entre 1980 a 2012 48

Tabela .1 Resultado de 1ª Volta das Eleições Presidênciais 2012 41

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AGNU- Assembleia Geral de Nações Unidas

AI- Amnistia Internacional

ANP**-** Assembleia Nacional Popular

BCEAO- Banco Central de Estado de África Ocidental

BM- Banco Mundial

CEDEAO- Comunidade Econômica de Estado de África Ocidental

CEMAG- Chefe de Estado de Marinha de Guerra

CEMGFA-Chefe de Estado Maior Geral das Forças Armadas

CI- Comunidade Internacional

CM- Comando Militar

CNE- Comissão Nacional de Eleições

CNT- Conselho Nacional de Transição

CPLP- Comunidade de Países de língua Oficial Portuguesa

CRGB- Constituição da República da Guiné-Bissau

CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas

CTP- Carta de Transição Politica

FARP- Forças Armadas Revolucionário do Povo

FRENAGOLPE- Frente Nacional Anti-Golpe

GT- Governo de Transição

IHD- Índice de Desenvolvimento Humano

LGDH-Liga Guineense dos Direitos Humanos

MISSANG- Missão Angolana Na Guiné-Bissau

ONG-Organização Não Governamental

OUA-Organização da União Africana

PAE-Programa de Ajustamento Estrutural

PAICV- Partido Africano da Independência da Cabo-Verde

PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde

PR- Presidente da República

PM- Primeiro Ministro

PGR-Procurador Geral da República

PRS- Partido da Renovação Social

STJ- Supremo Tribunal da Justiça

UA-União Africana

UE- União Europeia

UEMOA-União Econômica e Monetária Oeste Africana

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNTG- União Nacional dos Trabalhadores Guineense

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 11

2 CAPÍTULO I GUINÉ-BISSAU 14

2.1 A GUINÉ-BISSAU: CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA 14
2.2 BREVE CRÓNICA HISTÓRICA E POLÍTICA..... 16

3 CAPÍTULO II FRAGILIDADE DO ESTADO GUINEENSE 24

3.1 LUTAS E AS DINÂMICAS PELO ACESSO AO PODER APÔS A INDEPENDÊNCIA..... 24
3.2 LIMITE E POSSIBILIDADE DA JUSTIÇA..... 28
3.3 PROBLEMAS, E DESAFIOS DA DEMOCRACIA EM CONTEXTO DA FRAGILIDADE..... 32

4 CAPÍTULO III GOLPE DE ESTADO 37

4.1 GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012 37
4.2 RESISTÊNCIAS CONTRA O GOLPE..... 52
4.3 REAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS 54
4.4 IMPACTOS DO GOLPE 57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 60
REFERÊNCIAS..... 62

1 INTRODUÇÃO

A república da Guiné-Bissau conquistou a própria independência em 1973, por via de uma luta armada. Após o reconhecimento da independência por Portugal em 10 de setembro de 1974, o país foi governado por um regime de partido único, em que o PAIGC, partido libertador, foi à única força política dirigente da sociedade e do estado, tendo liderado politicamente o país até meados de 1991, a data da abertura democrática, com a revisão da constituição de 1984. Deu-se, assim, o início à formação de vários partidos políticos, à democratização das instituições à liberdade de imprensa.

No entanto, não obstante os negáveis ganhos que permitiram a progressiva consolidação da jovem democracia guineense, o país tem enfrentado vários ciclos de instabilidade política e os sucessivos golpes de estados, ciclos de assassinatos perseguições, a impunidade, desestruturação das instituições públicas, mudanças dos governos consecutivos desde abertura democrática nenhum governo completou um ciclo de mandato no poder estes sobressaltos tem grande consequência no desenvolvimento socioeconômico de país.

O percurso histórico-politico da Guiné-Bissau, desde o momento da sua independência, mostra que o estado vem sendo progressivamente dominado e gerido por uma pequena elite política e militar, cuja ambição tem posto em causa a vontade popular. O exemplo disso é o recente golpe de estado de 12 de abril de 2012, protagonizado pelos militares e com envolvimento de alguns atores políticos em que o governo democraticamente eleito pelo povo foi ilegalmente deposto.

Este fato mostrou claramente que a vontade de povo guineense não tem sido respeitada, embora a constituição da república garanta ao povo a soberania nacional autoridade suprema do poder, mas pelo ao contrário quem define a regra do jogo são elites militares em coligação com algumas elites políticos.

A finalidade deste trabalho é de procurar entender as motivações que estiveram na base da intervenção da CEDEAO no golpe de estado de 12 de abril de 2012 e sua suposta aprovação e os sucessivos apoios ao governo de transição. De modo mais específico entendo identificar quais foram os autores políticos que estiveram envolvidos no referido golpe.

A questão central no qual procuro responder neste trabalho é seguinte: Em que medida os argumentos e discursos utilizados pelo “comando militar[1]” poderão ser interpretados como relevantes para compreender as razões na base do golpe de estado de 12 de abril de 2012?

Para tanto, a pesquisa parte das seguintes hipóteses:

1- A existência de um soposto acordo secreto entre governo de PAIGC liderado pelo Carlos Gomes Júnior com a missão angolana MISSANG numa provável conspiração contra exercito nacional.
2- Na sequência da primeira hipótese, a necessidade de fazer um “contragolpe” no sentido de garantir a soberania nacional ameaçada pela presença da MISSANG na Guiné-Bissau.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos e as conclusões. O primeiro capítulo traz uma apresentação do país, seguida de uma breve crónica histórica e politica, no qual procurei priorizar os principais acontecimentos políticos que marcaram o país depois da independência até 2012.

No segundo capítulo são discutidos os problemas que dificultam o normal funcionamento das instituições do estado da Guiné-Bissau entre quais a desfuncionalidade do poder judiciário. Procuro analisar as dinâmicas da disputa pelo poder entre autores políticos e militares, quase sempre no limite das regras democráticas, que muitas das vezes culminam com a violência.

No terceiro capítulo abordo o golpe militar de 12 de abril de 2012 e os desdobramentos, a nível nacional e internacional. Busco compreender, a um só tempo e a partir de informações e documento, o envolvimento dos militares e de políticos no golpe, e os impactos que o golpe teve para as populuções guineenses. Enfim, procuro tecer algumas reflexões conclusivas.

Com esse trabalho procurei, tanto quanto possível, contribuir para atual debate acadêmico sobre a história política contemporânea da Guiné-Bissau. Além disso, é

[1] Comandos Militares dominação dos militares que promoveram o golpe de estado de 12 de abril de 2012, na Guiné-Bissau. Tinha como líder CEMGFA Antônio Injai e porta voz tenente coronel Daba Na Walna.

um exercício da cidadania sendo um jovem estudante guineense engajado com a própria realidade.

Em termos metodológicos o trabalho de pesquisa foi realizado com base num pesquisa bibliográfia, desenvolvido tendo em conta as seguintes etapas:

1- Na primeira etapa exploratória consultei fontes primárias e procedi à recolha da literatura sobre o tema (em particular trabalhos, artigos científicos, livros, relatórios e documentos oficiais e jornalísticos que trata das questões políticas especifica sobre a Guiné-Bissau).
2- Em seguida procedi à análise e interpretação dos dados a partir da qual procurei compreender (as possibilidade e limites do uso das fontes sobre o tema estudado)
3- Na terceira fase procurei estabelecer um diálogo com os pesquisadores sobre a temática, como a forma de compreender a delimitação temporal e articulação entre diferentes eventos tendo como o objetivo central os golpes de estado na paisagem politica-institucional do país.

A abordagem deste tema apresenta diversas dificuldades do ponto de vista analítico, principalmente pelo o seu caráter extremamente contemporânea e pela própria natureza das fontes disponíveis (de informações muitas das vezes contraditórias e por vezes caracterizadas por uma relativa superficialidade). Por outro lado, a dificuldade se prende com o fato de construir um tema sensível e delicado, cuja abordagem requer a devida atenção e o justo distanciamento. Em consideração a todos estes fatores e limites, espero ter podido corresponder aos objetivos propostos no TCC.

2 CAPÍTULO I: GUINÉ-BISSAU

Neste capitulo é oferecida uma descrição geral do país, a sua localização geográfica a composição social. São apresentados os principais eventos políticos depois de libertação do país do jugo colonial até o último golpe de estado em 2012.

2.1 A GUINÉ-BISSAU: CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

Fig- 1 Mapa de Guiné-Bissau

Fonte: http://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/. Acesso em: 15. Jul. 2016

A Guiné-Bissau é um pequeno país situado na costa ocidental de África, limitada a norte pela república do Senegal, a leste e sul pela república de Guiné-Conacri e a oeste pelo oceano Atlântico. A população é de um milhão e quinentos e trinta mil e seiscentos e setenta e três habitantes 1.530.673 habitantes[2]. O território guineense possui uma superfície de 36.125km². Além do território continental, o país tem a parte insular formado pelos arquipélagos dos Bijagós, composto por 88 ilhas[3] e

[2] Disponível em INE http://www.stat-guinebissau.com/. Acesso em: 18. Jun. 2016

[3] As principais ilhas são Ganogo, Bubaque, Meneg, Orangozinho, Sogá, Orango, Uno, Uracane, Rubane, Eguba, Canhabaque, Formosa, Ponta, Maio, Caravela, Caraxe, Unhocomo, Unhocomozinho e Galinhas. Desde 1996, o Arquipélago está na lista da Unesco como reserva da biosfera. Possui grande diversidade de flora e fauna, incluindo espécies raras de hipopótamos e crocodilos. Fonte:

ilhéus, localizadas na costa do Oceano Atlântico do país, separado do continente pelos canais do Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

O clima é tropical húmido, principalmente no litoral, com fortes chuvas de junho a novembro, e uma estação seca que dura de dezembro a maio.

> O território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Curumbal, o Mansoa, o rio Cacine, todos com inúmeros braços (Auguel, 2007:50).

Do ponto de vista administrativo a Guiné-Bissau é constituída por 8 (oito) regiões e 1 (um) sector autónomo (Bissau). As regiões estão por sua vez divididas em setores (37 no total) e estes em seções, compostas por tabancas (aldeias). A agricultura continua a constituir o suporte principal da economia guineense, envolvendo cerca de 80% da população ativa (setor tradicional / agricultores da comunidade). Porém, o seu fraco desenvolvimento, é uma das causas das dificuldades económicas. Entre os principais produtos de exportação[4] destaca-se a castanha de caju.

A Guiné-Bissau possui importantes e valiosos recursos florestais[5], quer em quantidade, quer em diversidade. A floresta cobre cerca de 2,4 milhões de hectares estimando-se que as reservas de madeira atinjam cerca de 50 000 toneladas. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Guiné-Bissau tem uma extensão superior a 70 000 km, que é representado quase o dobro da superfície do país. A biomassa disponível (1,4 milhões de T) leva a que se estimem entre 250 000 e 300 000 Toneladas os recursos pesqueiros por ano ou o equivalente a 130 milhões de USD. A contribuição do sector para as receitas do Estado não ultrapassa os 46%, constituindo menos de 5% do PIB. A receita apurada provém, especialmente, da venda de licenças a frotas estrangeiras para pesca industrial e constitui uma das principais fontes de divisas.

Guia Geográfico Guiné-Bissau. Disponível em: http://www.africa-turismo.com/guine-bissau/bijagos.htm. Acesso dia 15. Jul. 2016

[4] Outras produções de exportação são: O amendoim, o caju, o algodão e os frutos tropicais, embora só algumas se posicionem no mercado externo.
A castanha de caju destaca-se neste conjunto por representar mais de 50% das exportações totais do país. Milho, feijão, mandioca, batata-doce, sorgo, são outras produções a que a Guiné-Bissau se dedica. Disponível em:http://guine-bissau.fi/economia/3.5.html Acesso em: 17. Maio. 2016.

[5] Os produtos florestais constituem uma das principais e tradicionais exportações do país, correspondendo às vendas ao estrangeiro a cerca de 7 a 10%. Fonte: http://guine-bissau.fi/economia/3.5.html. Acesso dia 17. Jul.2016

Relativamente à composição social, existem mais de 30 grupos étnicos no país[6], dentre os quais seis representam cerca de 80% do total da população (fula 25,4%, balanta 23,8%, mandinga 13,7%, manjaco 9,3%, pepel 9,0% e mancanha 3,5%)[7].Cada uma das oito regiões da Guiné-Bissau é conhecida como lugar de residência de uma única etnia ou mais etnias, distribuídas por diferentes setores da mesma região; no entanto, com as migrações, as etnias têm-se misturado em quase todas as regiões. Esse processo migratório, porém, ainda não mudou as estruturas étnicas, dado que certas etnias mantêm-se majoritárias nas áreas onde são conhecidas como nativas.

No que tange à educação, o ensino público na Guiné-Bissau é marcado por carências a vários níveis. A maioria das escolas encontra-se em avançado estado de degradação com uma evidente precariedade e escassez em termos de infraestruturas e a falta de recursos humanos. Estas questões se somam à falta de pagamento de salário e as constantes greves e paralizações no sistema nacional do ensino. De acordo com o relatório de Perspectivas Económicas em África (PEA, 2014). O nível médio de instrução é ainda extremamente baixo quando comparado com as médias regionais. Os últimos dados disponíveis referem que apenas 39.4% dos professores do ensino primário receberam formação adequada prévia, ou em serviço, contra 74.5% na África.

2.2 BREVE CRÓNICA HISTÓRICA E POLÍTICA

As instituições coloniais tendo ilha de Bolama como a capital era administradas pelos portugueses e na mão daqueles que eram considerados “civilizados” ou “assimilados” maioritariamente mestiços e cabo-verdianos, a população não civilizados, assimilados “indígenas” predominante guineenses eram empregados domésticos e trabalhadores braçais e também eram impossibilitados de participarem

---

[6]O país possui grande diversidade sociocultural, que se traduz na existência de um mosaico linguístico no qual são reconhecidas cerca de trinta línguas diferentes, apensar que alguns se encontram na fase de extinção. O crioulo é uma língua nacional que se comunica entre pessoas de diferentes grupos étnicos. O português é considerado a língua oficial, mas ela é pouco falada, ela é utilizada nos meios oficiais e por pequenos números das pessoas escolarizados especificamente na capital Bissau.

[7] Disponível em: http://portalteses.icict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00005302&lng=ptAcesso em: 18. Jun.2016

nas tomadas das decisões através dos conjuntos das leis discriminatórias que determinavam a punição e repressão dos guineenses, considerando todas essas questões levarão a compreender as razões da organização de uma luta armada em território guineense.

A transferência da capital da colônia de Bolama para Bissau só se efetuaria em 1940, segundo Candé Monteiro (2013, p. 99) o motivo desta mudança tinha a ver com as condições estruturais e dificuldades que Bolama apresentava para desenvolvimento de governo colonial, além disso, a localização geográfica da cidade de Bolama na parte insular do país dificultava à acesso por via terrestre a cidade contava também com menor número da população, e não tinha grandes centros de comércio. A luta armada da libertação nacional teve início em 23 de janeiro de 1963 e durou onze anos, mas antes de ter iniciado a luta havia acontecido o massacre de Pindjiguiti em 03 de Agosto de 1959 as forças policiais portuguesas responderam com a violências a greve dos marinheiros e trabalhadores que protestavam contra baixo salário e melhor condição do trabalho, provavelmente este massacre foi um dos razões que levou o PAIGC[8] iniciar um ação armada contra regime colonial português, as populações eram revoltados de injustiça, repressões e humilhações resultante de sistema colonial e se mobilizaram clandestinamente em todo território nacional e aderiram a luta armada protagonizado pelo PAIGC, sob a liderança de Amílcar Cabral[9] cujo objetivo entre outros, foi a conquista imediata da independência

---

[8]O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde foi criado segundo fontes oficiais a 19 de setembro de 1956, num encontro que reniu Amílcar Cabral e o seu irmão Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida caboverdianos e ElyséeTurpin (natural da Guiné, mas com a família no Senegal).
A reunião teve lugar no n° 9-C da Rua Guerra Junqueira, onde vivem Aristides Pereira e Fernando Fortes. Nessa reunião teria sido estabelecido que Cabral passasse a usar pseudônimo (Abel Djassi), (Alfredo Bangura e Seide Camara, respetivamente). Ver (CASTANHEIRA, José Pedro. 1995, p. 34)

[9] Amílcar Lopes Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924 em Bafatá Guiné-"Portuguesa" (freguesia da Graça) atual Guiné-Bissau filho imigrantes de cabo-verdianos Juvenal António Lopes da Costa Cabral, e Iva Pinhel Évora. Amilcar Cabral regressou a Cabo-Verde aos quatro anos de idade, após de ter concluído a escola primária, frequentou e concluiu os estudos locais em de São Vicente, onde existia único liceu do arquipélago. Em 1945 Cabral obteve uma bolsa de estudo para Lisboa em virtude do seu brilhante percurso como estudante, país onde se formou em agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia. Durante a sua estadia na Na casa do império, em Lisboa Amílcar conheceu numerosos estudantes universitários oriundos das colônias, entre quais os angolanos Agostinho Neto e Mario Pinto de Andrade, o são-tomense Francisco José Tenreiro, os moçambicanos Eduardo Mondlane dos Santos. Contratado pelo Ministério do Ultramar como funcionário adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais, Amilcar Cabral regressou a 20 de setembro de 1952 onde trabalhou na granja experimental de Pessube. Este trabalho iria possibilitar ao futuro líder do principal movimento de libertação da Guiné-Bissau o conhecimento profundo dos povos da Guiné-Bissau, das relações sociais, culturais e coloniais. Fonte: CASTANHEIRA, José, Pedro. Quem Mandou Matar AMILCAR CABRAL? Ed. Relógio D'agua. 1995. P.26.

e a construção da paz, do bem-estar e do progresso para o povo da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. No entanto, o PAIGC, não foi único movimento[10] nacionalista guineense, segundo Fernandes (2007, p.24) já tinha formado o M.I.N.G (Movimento para a Independência da Guiné) tendo sido criados, sucessivamente outros movimentos de pendor nacionalista. Godinho Gomes (2010. p. 13) aponta duas razões que teriam levado o PAIGC alcançar supremacia relativamente às forças coloniais portuguesas em poucos anos: o controlo de boa parte do território da Guiné, a criação dos pressupostos para a emergência de uma "nova sociedade" do ponto de vista político, econômico e social nas zonas libertadas.

Em 20 de janeiro de 1973, nas vésperas da proclamação da independência da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, pai e fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana, foi assassinado em Conacri, de acordo com (Castanheira, 1995. p.82) trata-se de uma conspiração que envolveu homens de PAIGC e elementos de PIDE, um deles é Inocêncio Cani, um veterano de PAIGC depois de uma ríspida troca de palavras Cani dá instruções para amarrarem Amílcar com uma corda ele resistiu e recusou de ser amarada, Cani dispara a pistola à queima roupa atingindo Cabral no fígado e na cabeça. Contudo, contrariamente às previsões, a Guiné-Bissau proclamaria a própria independência.

> Em 24 de setembro de 1973, reúne-se em Madina de Boé, no leste do país, a primeira assembleia nacional popular que declarava a existência de um estado soberano, a República da Guiné-Bissau. Rapidamente reconhecida por 63 países da comunidade internacional(DJALO, 2016. p.300)

O primeiro presidente do país foi Luís Cabral um cabaoverdianos e meio irmão de Amílcar Cabral. Os desafios da reconstrução nacional eram enormes (DO Couto e Embaló, 2010. p.16) afirmam que os novos dirigentes recém-chagados da luta armada encontraram os cofres do estado vazios, uma administração abandonada pela maior parte dos seus agentes, em sua maioria os portugueses e os seus descendentes, que deixaram o país no momento da independência, falta de quadros preparados em todos os domínios e em todos os níveis e uma população constituída por uma maioria analfabeta.

---

[10] MLG (Movimento de Libertação da Guiné), F.L.I.N.G (Frente de Libertação da Guiné) e U.N.P.G (União dos Naturais da Guiné «dita» Portuguesa) sendo estes movimentos eram a favor da autonomia, e não da independência. Ver Fernandes, (2007, p.24).

Luís Cabral consciente de dificuldade que afetava a vida social, econômica das populações no país o estado não tinha capacidade de solucionar os problemas, e torna cada vez mais complexas, além disso, ele centralizou a poder na capital e deixou zonas rurais “tabancas” praticamente abandonada.

Segundo (Pereira apud Cande Monteiro 2013, p. 224), o governo de Luís Cabral instituiu o regime de privilégio, criou hierarquias entre os caboverdianos e os bissau-guineenses, o que seria contrário à ideologia preconizado pelo programa do partido PAIGC, que postulava a unidade dos povos sem distinção: “[...] o princípio de unidade binacional implica, pressupõe, segundo o Programa do Partido e o pensamento de Cabral, a unidade nacional de um e outro povo”.

Os caboverdianos tiveram privilégio de ocupar altos cargos no aparelho de administração após a independência; era inaceitável num país onde muitos se tinham sacrificado para alcançar a independência através de uma luta violenta, serem posteriormente ignorados por uma elite caboverdianos. (ou descendentes de caboverdianos). Enquanto presidente da república Luís Cabral e o chefe de governo foi incapaz de controlar o crescente mal estar social os militares guineense ficaram revoltados com ele e foi deposta em 14 de novembro de 1980 através de um golpe de estado desencadeado pelo então Comissário Principal, (Primeiro-Ministro,) o Comandante João Bernardo “Nino” Vieira. Denominado “Movimento Reajustador” Na sequência de golpe o sonho de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde desvaneceu, o golpe provocou corte de relação entre dois países. Cabo-Verde optou por uma nova denominação do partido. O Partido Africano Para a Independência de Cabo-Verde (PAICV). Marcando deste modo uma clara ruptura com o PAIGC.

Em novembro de 1986 o governo de Vieira, constatou que havia insucesso no modelo econômico que era seguido pelo PAIGC, adotou programa de ajustamento estrutural, centrado na liberalização econômica e na privatização das empresas da pública visando expandir a economia e consolidar o lucro num médio e longo prazo este sistema gerou um impacto negativa para o país.

> A implementação do PAE aprofundou a crise social e económica junto das populações e fragilizou ainda mais o Estado. Os sistemas de educação e saúde foram profundamente afetados com a drástica redução de recursos e a persistente redução de salários de servidores do Estado minou a capacidade de resposta das instituições. A corrupção ganhou terreno nos serviços do Estado (DE CARVALHO, 2009. p. 3)

Nasce assim um dos grandes problemas político-sociais o estado não tinha a capacidade de controlar a liberação econômica feita encaminhou para uma grande crise econômica social.

Em 1991 deu-se abertura política PAIGC única força política aceitou o princípio da abertura democrática pela lei e a institucionalização de um sistema multipartidário com queda do artigo 4 da constituição de 1984, permitindo a existência de mais forças políticas no país e a disputa política no quadro de eleições periódicas. No entanto, a tendência foi à manutenção e concentração do poder político no seio da elite dirigente do PAIGC.

As primeiras eleições pluralistas legislativas e presidências tiveram lugar em julho de 1994. O PAIGC, que havia governado o país desde independência, renovou o mandato com a presidência de João Bernardo Vieira. Vieira foi deposto em maio de 1999 na sequência do conflito militar que durou onze meses, liderado pelo ex-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) Ansumane Mané deposto uma semana antes por alegada envolvimento no tráfico de armas com os rebeldes de Casamança.

No seguimento das negociações com as partes em conflito os militares acabariam por subscrever o acordo de paz, processo no qual o povo guineense desempenhou um papel importante. As eleições foram realizadas em 2000 e Kumba Yalá[11] do PRS (Partido da Renovação Social) foi eleito no segundo turno contra o candidato do PAIGC Malam Bacai Sanhá. Yalá e o seu partido (PRS) começou uma nova caminhada formou governo, liderado pelo Ceatano Intchama, o primeiro ministro e o seu governo teve grande dificuldade durante o seu mandato não conseguiu manter bom relacionamento com comunidade internacional, doadores financeiros da qual país depende, nomeadamente o (FMI) Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (BM) o país perde credibilidade ao nível internacional.

No plano nacional, de acordo (Rudebeck, 2001. p. 78) membros de governo eram muito grande com 4 primeiros-ministros em 3 anos, além disso, ação real do governo em maio de 2000 era muito limitada e as carências nas infraestruturas no que diz respeito a escolas, hospitais, abastecimento eletrônico, água entre outra.

---

[11]Kumba Yalá durante os três anos que governou a Guiné-Bissau (2000 a 2003) nomeou quatro Chefes de governos: Caetano Intchama, Faustino Fudut Imbali, Alamara N´Tchia Nhassé e Mário dos Reis Pires.

O Presidente Kumba Yalá, não conseguiu concluir o seu mandato e foi deposto através de um golpe desencadeado pelos militares.

> O golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, liderado pelo General Veríssimo Seabra, que obrigou à resignação do Presidente KumbaYalá, dá início a outro processo de transição em que interinamente assumiu a Presidência o empresário Henrique Rosa, tendo o General Veríssimo Seabra assumido o cargo de presidente do Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática, órgão consultivo do Presidente da República (SANGREMAN et.,2006 p. 20)

Neste contexto em março de 2004, foram realizadas as eleições legislativas tendo como vencedor o PAIGC. Carlos Gomes Júnior "Cadogo" assumiu o cargo de primeiro-ministro. É de salientar que neste contexto havia divergências internas no seio de PAIGC; não foram levadas a cabo quaisquer iniciativa de diálogo para resolução dos conflitos. A situação de progressiva tensão política iria culminar com mais uma insurreição militar. O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Veríssimo Seabra, e o porta-voz da aquele órgão, coronel Domingos Ramos foram assassinados acusados de corrupção. O BrigadeiroTagme Na Wai foi escolhido Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) para ocupar o cargo.

Em junho de 2005 foram realizadas as eleições presidenciais que deu a vitória de João Bernardo Vieira, "Nino", entretanto regressado ao país após um longo período de esílio. Vieira foi candidato sem partido marcou uma nova roptura política, Vieira por sua vez nomeou Aristides Gomes primeiro-ministro sem respeitar parâmetros constitucional presidente Vieira deveria pedir o partido vencedor das eleições legislativas apresentarem novo nome para chefiar o governo, De acordo com (Sangreman[12], et. 2008. p.70) uma moção de censura deu a justificação ao presidente para demitir o governo do PAIGC e formar outro com base numa coligação parlamentar entre o Fórum de Convergência para o Desenvolvimento (FCD) e membros do PAIGC dissidentes da direção em exercício, o PRS de Kumba Yalá e o PUSD de Francisco Fadul. O Presidente assumiu a nomeação de um

---

[12]SANGREMAN Carlos, JUNIOR Fernando Sousa, ZEVERINO Guilherme Rodrigues, DE BARROS Miguel José. Guiné-Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil. 2008. Disponível em: https://lusotopie.revues.org/738. Acesso em: 06. Ago. 2016.

governo assente nessa base parlamentar e com um Primeiro Ministro de sua confiança, Aristides Gomes.

No dia 01 de março de 2009, Tagma Na Waié CEMGFA foi assassinado através um atentado bombista. Sucessivamente, na madrugada do dia 2 do mesmo mês Presidente da república, General João Bernardo Vieira (Nino) também foi assassinado em sua casa. Os autores e responsáveis dos assassinatos estão até então desconhecidos.

Fig. 2 General Tagmé Na Waié (Esquerda) e Nino Vieira, ambos assassinados em 2009

Fonte: http://www.tvi24.iol.pt/internacional/golpe-de-estado/nino-vieira-assassinado. Acesso em 05. Ago. 2016.

Presidente de ANP Raimundo Pereira assumiu funções da PR interino até na data em que ele foi substituído pelo novo presidente democraticamente eleito Malam Bacai Sanha do PAIGC. O presidente Sanha nos primeiros meses do seu mandato apresentava uma dificuldade entre a presidência da república e executivo liderado pelo Carlos Gomes Júnior ambos do mesmo partido PAIGC as interesses e posições ideológicos eram diferentes.

O PR Sanha eleito em 2009 antes de ter completado o seu mandato prevista por cinco anos ele morreu em janeiro de 2012 vitima de doença. O Presidente de ANP Raimundo Pereira que havia ocupado o cargo de presidente da república interino após a morte de Presidente João Bernardo Vieira em 2009, assume as funções de PR interinamente a fim de preparar as eleições durante período determinada de acordo com a constituição e essas eleições foram realizadas em 2012 e foi interrompida na segunda volta por um golpe de estado que é o tema central desta dissertação que vai ser analisado no capítulo terceiro.

Quadro- 1 Resumo de altos oficiais militares perseguidos, torturados e assassinados (1985 à 2010)

Nome	Mês/ ano	Patente	Função/ ocupação	Torturado / assassinado
1. Paulo Correia	10/ 1985	General		Torturado/ assassinado
2.Ansumane Mané	11/2000	General	CEMGFA	Torturado / assassinado
3. Verissimo C. Seabra	10/2004	General	CEMGFA	Assassinado
4. Lamine Sanha	01/2007	General	CEMGFA	Assassinado
5. Bubo Na Tchuto	2009	*Contra-almirante	CEMAG	*Perseguido
6. Tagme Na Waie	03/2009	General	CEMGFA	Assassinado
7. João B. Vieira “Nino”	03/2009	General	Presidente	Torturado/assassinado
8. Zamora Indutá	04/ 2010	General	CEMGFA	*Torturado / preso

Fonte: Elaborado e modificado pelo autor na base de (Djau, 2016)

3 CAPITULO II: AS FRAGILIDADE DO ESTADO

Neste capítulo apresento uma reflexão sobre dinâmicas e as lutas pelo poder que sistematicamente e de forma contínua tem envolvido diferente agente e me debruço sobre as dificuldades que o setor judiciário esta enfrentando, entre as quais difícil acesso dos cidadãos às instituições da justiça, à segurança; por último analiso principais problemas que dificultam a consolidação da democracia e procuro demostrar constantes ingerências dos militares nos assuntos políticos.

3.1 CONFLITOS E DINÂMICAS PELO ACESSO AO PODER 1975-2012

As lutas pelo acesso ao poder na Guiné-Bissau fazem parte de uma complexa dinâmica e ocorrem em diferentes instanciais e vários níveis do poder político.

Aqui me interessa analisar as dinâmicas dos agentes protagonistas destas lutas em dois contextos diferentes: No período pôs independência, durante regime caraterizado por um sistema autocrático e um regime monopartítico liderado pelo PAIGC, única força politica dirigente da sociedade; e o segundo período que corresponde ao processo de abertura democrática dos anos 1990, com surgimento de novos partidos políticos.

Com a independência a nova burguesia política composta por pequena elite caboverdiana e seus descendentes que vieram da luta se instalou na capital e monopolizou o poder, todos os que participaram na luta armada alcançaram-se a hierarquia do novo estado o requisitos principal era a participação efetiva na luta, segundo Cardoso, (2004) O poder foi distribuído de forma desigual. Mesmo os que não participavam diretamente nas esferas de decisão usufriram de oportunidades, numa base de relações interpessoais chegando a exercer cargos de destaque na estrutura de estado sem ter uma adequada preparação técnica. Este estado de coisas conduziu, globalmente, a comportamento e decisões quase sempre em disornância com os interesses supremos do país.

Portanto, o poder estava concentrado na mão da elite maioriatriamente caboverdiana por terem nível acadêmico e social aceitável e substituíram a liderança portuguesa passaram a controlar administração do país com Luís Cabral irmão do Amílcar Cabral como presidente da república. Havia um grupo dos guineenses que desde sempre contestaram a liderança dos quadros caboverdianos na estrutura de

PAIGC depois nos altos cargos da administração esse rivalidade provocou o afastamento de Luís Cabral na presidência do país através de golpe de estado dirigido por um militar guineense guerreiro de PAIGC João Bernardo Vieira, a esfera caboverdiana foram expulsos do poder.

Segundo Cardoso, (2004) a situação que surgiu depois do golpe de estado de 14 de novembro de 1980 reforçou a concentração de poderes e de uma elitização de classe politica. Um conjunto de alterações institucionais veio reforçar o poder do presidente algumas estruturas do poder executiva foram incorporados diretamente no gabinete da presidência da república.

Nóbrega (2015) afirma que no estado moderno, o poder é atribuído aos órgãos ou instituições, não aos indivíduos. No entanto, a personalização do poder ocorre frequentemente na Guiné-Bissau, o poder em vez der ser institucionalizado passa a ser personalizada num base de clientismo e de troca de favores político com intuito de favorecer os cargos políticos aos amigos e parentes que não tinha mínimo comprometimento político ou ideológico com a nação. Com afastamento de presidente Luís Cabral, Vieira assumiu o poder iniciou uma nova face da repressão do regime autoritário sob partido PAIGC vários personalidade politicas foram torturadas e perseguidas além de corrupção e abusos do poder acusações falsas que mais tarde resultaria no ciclo deassassinatos destacamos caso de 17 de outubro de 1986, desta vez as vitimas foram oficiais militares maioria pertence à etnia Balanta acusados de conspirações contra regime de Vieira.

De acordo com Nobrega (2003. p.246) apud Semedo (2009. p.71) os números das pessoas detidas ultrapassaram 70 e o número de confissões de culpa gravações áudio incriminavam, principalmente o ministro Paulo Correia como cabeça da intentona, após a filtração dos acusados, doze foram condenados[13] a pena capital incluindo Paulo Correia.

[13] Entre os condenados do marte fazia parte da lista Jurista Viriato Rodrigues Pam, Chefe de casa civil presidencial Binhanquerem Na Tchanda, comandante Braima Bangura, Comandante Pedro Ramos e M'bana Sambú. E outros condenados (pouco mais de 40) nos quais foram aplicados a pena de prisão e trabalhos forçados que vai de 1 a 15 anos. Alguns por não resistirem as torturas faleceram na prisão, como Binghate Na Beate, Pass Kul, Agostinho, João dos Bombeiros, Antonio Biak Kabi, Foré Na M'bitna e o João da Silva que foi baleado por guardas prisionais sob alegada tentativa de fuga. Fonte: SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. PAIGC: A fase do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990).

Vieira tinha feito isso temendo que pudesse ter acontecido com ele o que ele havia feito com Luís Cabral engendrou a sua eternização no poder com eliminação fisica de antigos combatentes fonte da sua legitimação, lhe podiam fazer frente.

> O que aconteceu foi um sentimento de medo por parte do poder, em que se achava que os balantas por serem majoritário no efetivo militar guineense, poderia a qualquer momento assaltar o poder. E esse pré-julgamento da policia politica fez o líder Vieira acreditar na existência do "perigo Balanta". (Semedo, 2009. p.74)

Esta situação dramática que aconteceu conduziu a uma tensão e uma relação de desconfiança dos balantas com o governo e o partido PAIGC no poder.

A Introdução do pluripartidarismo, à revisão constitucional que despartidarizou FARP incluindo direito a expressão e a liberdade associativa e à adopção de um novo sistema eleitoral trata-se de um grande passo para o processo de democratização o país consegue realizar as suas primeiras eleições multipartidárias em Julho de 1994, dando início uma nova dinâmicas da luta pelo poder entraram nova classe na disputa desta vez, seria novos jovens quadros que formaram no exterior ao regressarem ao país com nível superior começaram a trabalhar nas diversas instituições do país e eles ganharam a visibilidade muito importante que lhes facilitaram a ingressarem nos partidos políticos dai começaram a disputar a liderança das mesmas.

Conflito politico militar de 7de junho de 1998/99 marcou uma nova ruptura alterou a elite militar do poder, Vieira e os seus elementos fieis foram depostos com a realização das eleições de 1999, subiu ao poder uma nova elite politica mais ou menos organizada em torno de PRS liderado por Kumba Yalá. Carlos Cardoso[14] aponta dois fatores que facilitaram a esta ascensão ao poder: Em primeiro lugar tem a ver com o desgaste de mais de 20 anos de poder de tendência autocrática de PAIGC, e em segundo lugar o discurso populista que o líder de PRS usou durante as campanhas eleitorais encontrou eco favorável por parte dos citadinos dos centros urbanos essencialmente abaixo de proletariado constituído por jovens sem emprego.

---

[14]CARDOSO, Carlos. Os Desafios de Transição Politica na Guiné-Bissau. Artigo Disponível em: http://www.didinho.org/Arquivo/osdesafiosdatransicaopoliticanaguinebissau.htm Acesso em: 22. Ago. 2016

Durante mandado de Yalá, muitos observadores criticaram de forma que ele havia administrado o país alegando que a politica se tornou étnico, porque o presidente favorecia o seu grupo étnico "balantas" nos altos cargos político em detrimento de outros grupos étnicos *balantalização*[15] dos cargos públicos, Carlos Cardoso afirma que houve altura para além da Presidente da República e o Primeiro Ministro também o Procurador Geral da República e o seu adjunto, o presidente do Tribunal de Contas eram da etnia Balanta, no executivo a situação era semelhante.

É de salientar que Junta Militar[16] tinha prometido antes das eleições de 1999 que iria respeitar a constituição e principio democrática a força armada submeteria a classe politica, este promessa não foi comprida na prática, segundo Ludbeck (2001) o poder militar não deixava Kumba Yalá o espaço para uma verdadeira tranquilidade, os militares fazia parte do governo o Coronel Virissimo Correia Seabra, segundo militar na hierarquia da Junta desempenhava o cargo de ministro da defesa, além disso, autor afirma que Ansumane Mané tentou dar estatuto oficial ao seu cargo especial de co-presidente abriu um escritório frente à presidência colou uma tabuleta onde se podia ler " o gabinete do comandante supremo da junta militar, co-presidente".

> Se quem esta no poder tem muito, ou pelo menos o suficiente, quem esta distante nada tem. Não tem soldo generoso, nem carro, nem casa, nem qualquer espécie de chamados benefícios de funções. Mesmo perto do poder, os conflitos opõem fações rivais, umas beneficiadas e outras excluídas, que não se poupam a esforços para se eliminarem mutuamente (Nobrega, 2015.pág 141)

No entanto, conflito a começou se instalar entre presidente da república e poder militar liderada pelo Ansumane Mané, de acordo com Cabral[17] um dos pontos de maior tensão entre o Brigadeiro Ansumane Mané, líder da junta militar e Presidente da república se deu após este último ter promovido um elevado número de patentes para alguns oficiais militares, o General Mané não concordou de forma que as patentes foram distribuídas segundo ele afetaria o tesouro público, o PR por sua vez

---

[15] Idem Balantalização dos Cargos Públicos segundo Cardoso é uma tendência dominante na atribuição de cargos públicos que põe em causa o respeito pelos critérios de meritocracia e outros que devem estar na base da promoção e implementação das carreiras profissionais.

[16] Junta Militar demonição dos militares que preconizaram guerra civil 7 de junho de 198/99 na Guiné-Bissau. Tinha como líder o Brigadeiro Ansumane Mané.

[17] Disponível em: http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397791094_ARQUIVO_TEXTOFREDERICO.pdfAcesso em: 02 Ago.2016

alegou que os promovidos mereceriam a recompensa devido as suas valentia prestada ao Exército Nacional, Yalá sendo PR poderia fazer a promoção. A disputa acabou resultando num levantamento militar que culminou com o assassinato do CEMGFA Ansumane Mané.

O poder é necessário em qualquer sociedade sendo considerado como principal objeto da politica. Quem detém o poder domina o adversário politicamente e economicamente. A luta pelo poder entre os atorespolíticos e militares na Guiné-Bissau é um fenômeno permanente. Ao longo de tempo vários lideres de sociedade civil guineense, partidos políticos e comunidade internacional têm procurado encontar as soluções para vários problemas que o país enfrenta desde a sua independência.

3.2 LIMITE E POSSIBILIDADE DA JUSTIÇA

De acordo o artigo 32°. Da CRGB[18] todo o cidadão tem o direito de recorrer aos órgãos judiciais quando os seus direitos são violados. Portanto, a justiça é um direito de todos os guineenses é garantido pelos artigos 32° e 34° da constituição da república da Guiné-Bissau. Mas o que acontece na prática?

De um modo geral, a situação da justiça guineense apresenta graves deficiências que impede o seu normal funcionamento e a sua eficácia, que atue duma forma transparente que atende as demandadas da sociedade no sentido de garantir o estado de direito democrático preservando os valores constitucionais.

A situação de precariedade de recursos e de estruturas, para além da corrupção que afeta o aparelho de estado, a impunidade apresenta-se como sendo um importante problema que tem condicionado estabilidade do país e estimulado a formas de perseguição política, espancamento[19] e assassinatos seletivos, no qual os responsáveis dos atos do crimes nunca foram julgados e condenados.

---

[18]CRGB disponível em: http://www.rjcplp.org/sections/informacao/anexos/legislacao-guine-bissau4332/constituicao-guine1560/constituicao-da7222/downloadFile/file/CONSTITUICAO_da_Republica_da_Guine_1.pdf?nocache=1366629571.63 Acesso em: 30 Ago. 2016

[19] Varios são episódios de violência que tem caracterizado o cenário politico guineense nos últimos anos. Em particular me refiro ao caso especifico que envolveu o espancamento de Francisco José Fadul, ex-primeiro ministro, em 2009 por um grupo de militares na altura ele desempenhava o cargo de Presidente de Tribunal de Contas. Silvestre Alves em 2012, dirigente de Movimento Democrático

A impunidade por definição é a falta de aplicação de uma sanção prevista pela lei quando o individuo viola a regra da convivência em comum. Na Guiné-Bissau a impunidade é um privilegio de poder ou relação "*busibi ami i kim*" (Sabes quem eu sou) espirito de "*matchundade*[20]" praticado principalmente pelos elites militares e políticos os agentes econômicos poderosos fazem o que eles entendem sabem que nada vai lhes acontecer são maiores responsáveis pela impunidade reinante no país a situação esta ligado a fragilidade das instituições judiciarias que apresentam graves deficiências matérias e humanos para executar as suas tarefa. Conforme (Sangremam, et al. 2015) as condições físicas de funcionamento de tribunais situados em Bissau são extremamente precárias. Existem tribunais instalados em edifícios degradados, com falta de condição de salubridade, de higiene e de conforto mínimo, números insuficiente de gabinetes para magistrados espaços sem condições para conservação de arquivos. Autor afirma que há tribunais instalados em imóveis arrendados com falta de pagamento das rendas devidas além de carência de equipamentos de meio técnicos como computadores, impressoras, fotocopiadoras e maquinas de escrever que constitui um fator de falta de produtividade e de desmotivação dos operários de judiciários.

> O STJ esta instalado num edifício privado, assim como, 2 dos 5 Tribunais Regionais, nomeadamente de Buba e Bissorã. Quanto aos tribunais de Setor dos 26 criados, apenas 8 tem instalações próprias a saber: Canchungo, Farim, São Domingo, Safim, Quinhamel, Mansoa, Cacheu e Caliquisse. As instalações em edifícios privados, além de acarretar enorme e fardo para o orçamento que inspira a confiança dos cidadãos no aparelho judiciário, uma vez na maior parte dos casos, o tribunal partilha o mesmo imóvel com cidadão comum que o ocupa para fins de habitação. (RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU 2008/2009. p.45).

Não se pode falar de justiça sem assegurar as mínimas condições infraestruturais e técnicas capazes de garantir o normal funcionamento das instituições judiciárias.

Guineense e Iancuba Indjai em 2012, secretário executivo de FRENAGOLPE, detido e espancando em Bissau grave violação de direitos humanos. Com relação aos assassinatos, por exemplo, as investigações dos assassinatos de 2009 que envolve o ex-PR João Bernardo Vieira, ex- membro de ANP Baciro Dabó, ex-ministro da defesa Helder Proença. A investigação sobre assassinato do ex-CEMGFA Nawié em 2009. Os autores destes atos não foram identificados e julgados.

[20]*Matchundade* no contexto guineense são pessoas que usufruem da sua posição social, econômica e histórica mesmo cometendo erros não são preços "os impunes".

Fig.3 Tribunal de Setor de Cacheu, Bula e Calequisse

Fonte: Arquivo do autor

Os cidadãos perdem confiança perante a justiça e sentem-se desprotegida pelo estado, além disso, os principais centros judiciários se encontram na capital do país dificultam à acesso para as populações que vivem no interior zonas rurais. Mesmo os tribunais que se encontram no interior do país a localização geográfica pela distância das referidas instâncias (formais), sobretudo no sul do país onde as condições de estradas são péssimas principalmente na época chuvosa coloca-se problemas de acesso.

Quadro-2 Distância média entre habitação e um tribunal de primeira instância

Regiões	**Km**
Bafatá	27.0
Biombo	19.0
Cacheu	12.0
Gabu	20.0
Oio	8.0
Quinara	69.0
Tombali	20.0
SAB (estimado)	2.5

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau.

Tomando em consideração estas distancias a acesso um tribunal ou instância formal num país como caso de Guiné-Bissau onde meios de transportes são precários, além de morosidade na decisão dos processos "*bai bu bim amanhã" "*vai e volte amanhã", os sucessivos adiamentos dos casos implica não poucas vezes desgaste físico, psicológico e moral. Esta situação tem conduzido também à justiça feita pelas "próprias mãos" por parte das populações, onde tem sido igualmente importante o recurso às "instituições tradicionais[21]" grantindo deste modo alternativas válidas de resolução de conflito a "*mandjidura na Irã[22]"*.

Nóbrega (2015), explica como os cidadãos têm recorrido à justiça "tradicional" no país para resolver conflitos para quais muitas das vezes o sistema judicial (formal) não encontra resposta satisfatório devido às dificuldades e precariedade das e instituições de justiça. O autor referenciou o caso célebre de *Malila[23]*na ilha da Bolama que tinha fama na resolução de casos polemicas da justiça.

> A fama da *Malila* começou em 2000, quando um grupo de anciãos agastados com o roubo de animais foi pedir a esse irã que descobrisse os autores dos roubos. Ao pedido seguiu-se a morte súbita de algumas pessoas na tabanca, facto que interpretaram como uma acção do irã que assim entendeu penalizar os culpados. A palavra espalhou-se pela ilha: quem roubar será castigado pela Malila. A esse episódio sucedeu-se outro que fez a sua fama ultrapassar a ilha e chegar a Bissau. Uma mulher que vinha sendo privada das suas cabras foi pedir à Malila que lhe revelasse o autor dos furtos. Dias depois encontrou à sua porta um irã-sego (jibóia) a regurgitar uma das cabras diante de si. (Nóbrega, 2015. p.148).

Quando as pessoas não têm a acesso aos meios competentes e independentes para resolução dos seus conflitos o direito humano fica comprometida os cidadãos não gozam dos seus direitos garantidos pela constituição, observa-se que a justiça tradicional vem ganhando força cada vez mais, sendo assim o país não avança para progresso, democracia, para ter o desenvolvimento é fundamental ter a justiça social que garantisse a liberdade dos cidadãos para que cada um contribuísse através de

---

[21] A justiça tradicional são todas entidades não formalmente reconhecidas pelo estado da Guiné-Bissau, mas que na prática acaba por administrar a justiça e são reconhecidas como entidades pela comunidade são entidades com poder tradicional, como régulo, os comitês ou chefe de "tabanca" aldeia, mas em alguns casos podem incluir as entidades de religiosas imanes

[22]Entidade sobrenatural que tem poder de penalizar as pessoas responsáveis de cometer erros.

[23]*Malila* refer-se a uma trepadeira, neste caso, uma em particular que existe na ilha de Bolam na qual habita uma entidade sobrenatural (um irã) de grande poder. O caso *Malila* é interessante porque recorre a um meio de justiça tradicional primeiramente as pessoas denunciavam o desaparecimento de um bem através de radio exigindo a sua devolução nos locais e dias indicados, caso ao contrario o responsável do roubo será punida pela *Malila.*

debate das ideias sem receio ou outros meios democrático em prol de bem estar do país.

3.3 PROBLEMAS, E DESAFIOS DA DEMOCRACIA EM CONTEXTO DA FRAGILIDADE

A instabilidade política constitui um dos debates mais importante da atualidade guineense. Que estratégias têm sido adotadas para superar obstáculos, proporcionando assim melhores condições econômicas e sociais das populações. Qual é impacto do fator étnico nas relações de poder (particularmente entre classe dirigente e as forças armadas na consolidação da democracia).

Nesta secção procurei apresentar principais obstáculos que democracia representativa guineense tem enfrentado e apontei algumas reflexões sobre as crises politica.

A Guiné-Bissau tem enfrentado vários problemas para reconstrução de um estado de direito democrata respeitando as leis fundamentais que garantem direito dos cidadãos assim como respeitar os resultados provenientes das urnas. A consolidação da democracia só é possível quando haja esforço coletivo das partes envolventes neste processo, caso contrário continuará num conflito constante como estão sendo verificado no país.

A jovem democracia guineense a sua imposição no país foi influênciado pela comunidade internacional especificamente FMI e BM exigiu o país da sua implamentação em 1991 como condição *sinequa non* para concessão de novos créditos, portanto, nenhum estudo foi realizado de antemão para pensar no modelo da democracia que seria adequado para o paísno qual cuja população maioria analfabeta além da diversidade enticas, sociais e culturais significativos que existem, no quais influênciam diretamente na organização política econômica e administrativa, com isso, para garantir os valores de principio democrático é necessário levar em consideração a especificidade e particularidade de cada sociedade.

> [...] cada povo molda o sistema democrático, a sua cultura política, a realidade do seu país. Importar e reimplantar o modelo político ou constitucional sem ajustá-lo à cultura política da sociedade em causa, é criar simplesmente uma democracia imaginária, uma ficção política de pouca consistência e praticidade. Jauará (2004, p.22)

As reflexões trazidas por Juará chamam a atenção para questão do modelo da democracia na Guiné-Bissau, que deveria ser repensado e reinventado é necessária promover um debate sério em torno dessas questões.

A democracia não se resume apenas à realização das eleições periódicas. Existem numerosos políticos que não estão minimamente capacitados para responder as demandas que permitisse o funcionamento e consolidação da democracia, ter uma boa qualidade dos lideres políticos preparadas, é sinônimo de uma democracia estável e bem sucedido. Ela exige grande desafio que, na visão de Carlos Cardoso, alguns obstáculos que se colocam no campo politico, isto é, gestão das múltiplas diversidades (étnicas, religiosas, cultural, etc.) assim como gestão de equilíbrio político e das elites locais na luta de manutenção do poder.

Os fatores apontados pelo Cardoso demostram que em termos políticos os dois principais partidos PRS e PAIGC carecem de uma ideologia política, de um programa bem definido de governação de nação. Geralmente o modelo de governação dos referidos partidos deveria ser definido logo na data da sua fundação permite assim atingir os objetivos desejáveis entre quais reduções da pobreza, aprimorar o estado de direito.

No entanto, a disputa étnica continua a ter uma dimensão simbólica central no funcionamento das regras democráticas, realidade que tem as suas raízes na luta pela independência. Amílcar Cabral pai e fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana conseguiu unir todos os grupos étnicos e obteve o sucesso (unidade luta e progresso) envolvendo todas as etnias num projeto político único e emancipadora alcançou os resultados que havia sido traçado, portanto, com abertura política o principio foi diferente se instalou a (unidade étnica), neste caso muitos autores políticos refugiaram-se nos discursos étnicos comportamento divisionista para tirar proveito, assim pode se afirmar que multiplicidade enticas que caracterizou o país tem sido apontada como um dos travões principal para consolidação da democracia.

A pesar da sua diversidade étnica cultural, o país não assistiu em nenhum momento desde abertura democrática a uma luta inter étnica, à semelhança de alguns países da África como foi o caso do Ruanda na década de 1990, conflito que opôs Hutus e

Tutsis que ficou conhecido como um dos mais graves conflitos da história da África contemporânea.

Na Guiné-Bissau, existe uma forte ligação entre a política e etnicidade, relação que acaba influenciando nos momentos eleitorais nos lideranças partidárias. Conforme Teixeira, (2010). O lideres dos partidos políticos ao concorrer os cargos do executivo, do legislativo e do presidente da república apoiam-se abertamente nos discursos étnicos. Essa realidade constata-se sobretudo, em termos regionais em que o peso eleitoral se consfigura em conformidade com comunidade pertença e a afinidade étnica dos candidatos.

> Nas sucessivas eleições realizadas no país, as maiorias de cadeiras dos partidos no caso legislativas provieram dessa relação de afinidades étnicas e regionais que se acentuam a cada embate eleitoral. Teixeira (2010, p.25).

Essa atitude de manipulação de sentimento étnico por parte dos políticos guineense é particularmente insendiosa e torna-se numa “ameaça” à afirmação dos valores da democracia uma vez que pode destruir e fragilizar a unidade e a estabilidade nacional.

A consolidação da democracia de um país não depende somente das variáveis étnicas. Como afirma Butiam Có, (2010, p.19)

> Os atuais problemas que afetam a consolidação democrática na Guiné-Bissau não são resultado estritamente dos problemas étnicos, mas sim consequências negativas das ―solidariedades confinadas‖ (escolhas baseadas na confiança, proximidade e valores partilhados). Alguns agentes políticos lançam racionalmente em jogo aquilo a que se chama―sentimentos coletivos‖, procurando ―caçar‖ votos ou reconhecimentos através de identidades partilhadas, maximizando o seu capital social. Por conseguinte, os ―sentimentos coletivos‖ desempenham um papel importante na vida social e na mobilização dos indivíduos, através de corroboração das identidades. A tomada de consciência da própria ―consciência coletiva‖ e dos ―problemas coletivos‖ pode provocar uma cooperação voluntária entre os membros de uma determinada comunidade.

Segundo Teixeira, (2008) a influência militar na politica guineense verifica-se praticamente em todos os órgãos do estado. Os militares assumiram posições estratégicas nos governos civis durante a democratização.

Este fato demostra que ainda não foi estabelecido o controle sobre os militares esse comportamento esta associada à desorganização dos partidos políticos e fragilidade das instituições públicas do país, exemplo disso foi em 2005 quando ex-presidente

João Bernardo Nino Vieira[24], que havia exilado em Portugal por razões do conflito civil o regresso dele para o país foi facilitado e influenciado pelo ex- CEMGFA Batista Tagme Na Waié usou todas suas forças e regalias sem a autorização dos poderes competentes (executivo legislativo e judiciário). A executiva liderada pelo Carlos Gomes Júnior não tinha conhecimento de vinda de Vieira o avião que o trouxe de Portugal para Bissau, aterrou no estádio de futebol 24 de setembro. Percebe-se que as forças armadas participam ativamente nas tomadas de decisões no cenário político nacional, conforme sustentado por (Cordeiro, 2008 apud **De Carvalho**, 2010. p.85).

> Em todos os processos e formação dos governos da transição pós-conflitos (depois dos golpes), as Forças Armadas são chamadas para decidirem na escolha da nomeação dos novos executivos (ministros); geralmente, só são aceitos os que eles aceitarem ou concordarem, demonstrando o forte padrão do poder que tem as forças armadas no país.

Como poderá facilmente constatar, constante assalto ao poder político pelos militares. Grande questão no campo politico é uma crise de liderança que deveria ser procurado nos últimos anos da luta armada. No caso Guineense muitos dos militares é que assumiram o papel de dirigentes políticos (desde Cabral, o político, o chefe de guerra, o militante). Esta visão de um combatente armado também político acompanhou o estado pós-independência onde a força armada controlava o estado os militares ocuparam funções importante nos poderes executivo legislativo até cargo de presidente da república, na altura não havia separação em termos constitucional do cargo entre poder politica e poder militar e moldou mentalidades dos militares.

Havia a necessidade de reforma (incluindo uma formação adequada da classe castrense não foi realizada e continua por realizar...) com abertura democrática a constituição da república reservou o direito político para os civis, quer dizer os militares não tem mais a competência política o artigo 20 da CRGB[25] alínea 2) e 3) e vem afirmando isso.

---

[24] Nino Vieira, depois de seis anos de exilio politico em Portugal voltou o país em 2005 concorreu as eleições presidencial como candidato independente onde saiu vencedor no segundo turno contra candidato Malam Bacai Sanha apoiado pelo partido PAIGC, vale ressaltar que a volta de Vieira e a sua candidatura não foi julgados pelos crimes dos quais foi acusado por conta do conflito militar de 7 junho de 1998.

[25] Idem

1) *As FARP obedecem aos órgãos de soberania competente, nos termos da Constituição e da lei.*
2) *As FARP são apartidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política.*

No entanto, apesar de que a constituição definiu as funções das FARP bem clara reservando assim incompatibilidade dos militares a desempenharem e envolverem na politica, mas na prática os militares detenham o poder real autoridade legal do estado praticamente não existe mais. Esse fato considera-se crucial para consolidação da democracia no país, visto que o poder política continua réfem da classe castrense que na qual deveria ser independentes dos partidos políticos. Conforme Teixeira, (2008) Nas democracias consolidadas as Forças Armadas são instituições sociais organizadas com a base na hierarquia e disciplina dos seus membros sob comando direto do Ministro da Defesa, ou autoridade do Chefe do Estado ou de Governo, tratando-se de Estado de Direito. Tem como objetivo a defesa militar da soberania nacional e garantia institucional dos poderes, bem como a lei e a ordem interna.

Para (Lopes, 2010. p.18)

> É imprescindível que os militares guineenses percebam que poderão ser mais úteis e contribuirão melhor para a estabilidade do país cumprindo com as suas funções, deixando a política para os políticos, porque em democracia são os políticos que devem fazer política e governar o país. Um dos principais obstáculos que a Guiné-Bissau enfrenta para o processo de consolidação democrática, é a renitência dos militares em se subordinarem ao poder político. E esta recusa de insubordinação, tem tomado contornos muita das vezes incontroláveis, na medida em que no seio dos próprios militares há elites que lutam pelo poder.

O processo de consolidação da democracia continua a ser um grande desafio para o país, apesar de grande esforço que tem sido feito a nível nacional e internacional, mas a autoridade continua sem capacidade de controlar o poder militar, entretanto, é urgente concluir a reforças em curso no setor da defesa e segurança, assim como investir na formação das forças armadas como ressalta (Teixeira, 2008) A profissionalização das FA (investimento acompanhado de formação técnica com alto grau de conhecimento sobre o Estado Democrático de Direito), o respeito às regras do jogo democrático e a obediência a órgãos supremo da soberania pode não estabelecer o controle civil democrático, mas contribui para criar um ambiente estável (que não pressupõe negar o conflito), mas com base na lei Constitucional.

4 CAPITULO III: GOLPE DE ESTADO

Este capítulo traz uma visão geral do golpe de estado de 12 de abril de 2012, o objetivo é o de procurar entender os acontecimentos que antecederam o golpe, em particular, as disputas e divergências internas no seio do PAIGC. Paralelamente serão abordadas as tensões políticas que se surgiram após da divulgação do resultado da 1ª volta das eleições presidenciais de 18 de março de 2012, tentando compreender os principais desdobramentos, os autores intervenientes após o golpe.

4.1 GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012

> A destituição das duas figuras públicas ou de qualquer outro membro do Governo pelo CEMGFA, é um golpe de Estado camaradas. Dar golpe de Estado é a única forma que um CEMGFA tem para tirar o PR e o PM das suas funções porque na Constituição da República, não existe lei ou artigo que confere ao CEMGFA competências para exonerar o PR ou PM e qualquer outro membro do Governo. Portanto se alguém quer que eu dê golpe de Estado na Guiné, garanto-vos que não vou fazê-lo e nem o farei. O PM chegou ao poder através de votos nas urnas, por isso quem tem a competência para lhe destituir são os eleitores e não o CEMGAFA, nem tão pouco as FA.
>
> *GENERAL ANTÓNIO INDJAI, CEMGFA*[26]*.*

Oportunidade inesperada, mas também um perigo iminente tudo começou em janeiro de 2012 quando o ex-presidente da República Malam Bacai Sanha morreu de doença prolongada num hospital militar de Paris, ele que havia incorporado o discurso da unidade nacional durante anos que esteve no poder, de fato o substituto dele teria grande desafio tais como apoiar a reforma no setor de defesa e segurança e lidar com tensões politica vigente no país.

O Raimundo Pereira o presidente de ANP como esperado a constituição da república lhe atribuiu o poder de assumir o cargo da PR interinamente, no entanto, as eleições foram marcadas pelo Raimundo Pereira para 18 de Março de 2012, começaram a surgir às interesses de alguns membros do partido PAIGC de se candidatar para o cargo de PR entre eles Manuel Serifo Nhamadjo primeiro vice-presidente de ANP, afirmado que ele seria o herdeiro de trabalho e os valores de Sanha. O ministro da defesa Baciro Dja, Francisco Binante o ex-presidente de ANP,

---

[26] Esta declaração foi preferida em 04/10/2011 ano depois o mesmo CEMGFA António Indjai deu o golpe de Estado. Gazeta de Notícias. Disponível em: http://www.gaznot.com/imprimer_article.php?id=694. Acesso dia 10. Set. 2016

e Carlos Gomes Júnior atual primeiro ministro na altura ambas apresentaram as suas candidaturas e esperavam o apoio de comente central de PAIGC o órgão máximo do partido que iria decidir através da votação quem seria o candidato interno que o partido PAIGC vai apoiar para disputar o cargo da PR nas eleições de 18 de março. Perante o imbróglio político segundo (THOMPSON, e O'REGAN, 2013). Carlos Gomes Júnior decidiu que a escolha do candidato, na sede do partido PAIGC, se faria por votação de braço no ar em vez do tradicional voto secreto, uma forma de tornar conhecidos os opositores para em seguida os marginalizar. Mesmo assim, um terço de todos os votantes do PAIGC absteve-se, e alguns membros deixaram o partido para concorrerem como candidatos independentes após de Carlos Gomes Júnior, foi escolhido como candidato do PAIGC à Presidêncial. Como ressaltou (SEABRA, 2012) Carlos Gomes júnior havia anunciado que ele era candidato "natural de PAIGC" para todos os efeitos, a candidatura dele foi aprovada pelo órgão interno do partido com 224 votos favor, 12 contra e 2 abstenções.

Fig. 4. Carlos Gomes Júnior

Fonte: http://www.dw.com/pt-002/golpe-na-guin%C3%A9-bissau-entre-o-sucesso-e-o-fracasso/a-15941150 Acesso em: 18. Set.2016

Entretanto, os adversários dele derrotadas sentem-se inconformados com a decisão tomada pelo Gomes Júnior obviamente para os opositores de Carlos Gomes Júnior ele deveria ter permanecido no cargo de primeiro ministro até terminar o mandato, a renúncia do cargo ou o incumprimento do mandato de quatro anos enquanto

primeiro ministro chefe de um governo legitimado pelos resultados eleitorais de novembro 2008 ao renunciar o cargo de primeiro ministro para se candidatar-se o cargo de presidente da república violaria a constituição da república, além disso, se foto acontecer ele mesmo esta derrubando o governo. Mesmo assim a candidatura dele foi validada pelo STJ[27].

Neste contexto Baciro Dja e Serifo Nhamadjo ambos de PAIGC prosseguiram com as suas candidaturas independente sem apoio de partido para confrontar o candidato do PAIGG. Quanto a oposição[28] alguns candidatos concorreram como independente entre eles o empresário Henrique Rosa que havia ocupado o cargo de PR interino em 2003 na sequência de golpe militar que derrubou KumbaYalá do poder, professor Luís Nancassa. Depois surgem candidatos apoiados por partidos Kumba Yalá concorreu com apoio de PRS maior partido da oposição, Serifo Baldé, do PDSSG (partidos Democrático de Salvação Guineense), Ibraima Jaló, do CNA (Congresso Nacional Africano), Vicente Fernandes, da AD (Aliança Democrática) e Afonso Té, com a apoio de PRID (Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento) , embora que a direção do partido negue que o tenha apoiado.

O candidato de PAIGC, Carlos Gomes Júnior recebeu apoio por parte de Angola sendo responsável pela vinda de missão angolana MISSANG para o país que ajudava conduzindo o processo da reforma prevista no setor de defesa e segurança.

> A participação de Angola no processo de reforma de segurança na Guiné-Bissau, com presença no terreno desde Janeiro de 2011, surge segundo as duas autoridades na sequência dos estreitos laços entre os dois países, das afinidades existentes entre os seus movimentos de libertação e na vontade de ajudar um país irmão. Esta retórica tem, no entanto, pouco que ver com a realidade. Por detrás do apoio concedido por Angola estão os seus interesses estratégicos e económicos, por um lado a aspiração de alargar a sua área de influência e por outro, o acesso a novas matérias-primas. (SOUSA, 2013. p.90)

---

[27] Depois que Supremo Tribunal da Justiça validou a candidatura de Carlos Gomes Junior, ele colocou AdiatuNandigna primeiro ministra, Nandigna ocupava cargo de ministra de Conselho dos Ministros e Assuntos Parlamentares e também diretora de campanha de Carlos Gomes.
Havia opinião controversas com relação a candidatura de Carlos Gomes à cargo de PR alguns juristas defendiam que ele podia candidatar-se sem renunciar o cargo de PM. Em quanto outros advogam que para ele candidatar-se terá que renunciar o cargo de chefe do governo e se fizer, terá que ser exonerado pelo PR interino Raimundo Pereira que para efeito não tem a competências para tal exoneração.

[28] Supremo Tribunal rejeita quatro das 14 candidaturas a Presidente in. SAPO NOTICIAS. Disponível em: http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13879685.html. Acesso em 22. Set.2016

Certamente que a vitória Gomes Júnior seria uma vantagem para Angola, no qual continuara estabelecendo o acordo bilateral entre dois países que possibilitará o desenvolvimento. (Seabra, 2012) afirma que não é somente Angola que apoio Gomes Júnior, no entanto, a renegociação da maioria parte das vividas externas da Guiné-Bissau no final de 2010, bem como o esforço que ele tinha sido feito para obter apoio multilateral para reforma necessária em setor de defesa e segurança faz com que ele ganhou confiança considerável por parte da comunidade internacional que o apoiou. Além disso, existem também as interesses externas que levou a comunidade internacional apoia-lo como afirmam (THOMPSON, e O'REGAN, 2013. p.17).

> Fortes interesses comerciais e relações privilegiadas com aliados como Angola e a China, Carlos Gomes Jr., se eleito Presidente, teria dominado o governo na Guiné-Bissau como nenhum líder o fizera antes. Gomes Jr. teve de resistir a esforços empreendidos no seio do PAIGC para impedi-lo de concorrer como candidato presidencial do partido.

Mesmo com tanto apoio recebido por parte de comunidade internacional, Carlos Gomes Júnior enfrentaria grande obstáculo pelo caminho uma vez que não conseguiu resolver divergências interna no partido no qual criou uma ruptura com consequências imprevisíveis de lidar com os novos potentes candidatos independentes, além de ter uma oposição muito forte que poderá lhe dificultar na segunda volta, e também tinha outros desafios enfrentar as elites militares no qual ele era considerado um dos apoiante declarado do rival de Antônio Indjai CEMGFA Zamora Induta.

Na realidade a fação militar tinha uma relação de desconfiança com Gomes Júnior, em abril de 2010 quando CEMGFA Indjai ordenou a prisão de Zamora Induta sem dar nenhuma explicação, na mesma circunstancia prendeu também primeiro ministro Carlos Gomes Júnior poucas horas ele foi liberado devido à pressão dos lideres influentes da sociedade civil e do parceiro internacionais também a manifestação da população nas ruas aumentou pressão da sua libertação. Ressaltando que numa das conferencia de imprensa Indjai ameaçou matar Carlos Gomes Júnior.

Carlos Gomes Júnior mesmo com tanto apoio recebido por parte dos seus aliados no seio de PAIGC mais antiga e maior partido politico da Guiné-Bissau e também por parte de alguns países especificamente China, Portugal e Angola no qual estabeleceu relações comerciais com estes países, mesmo assim ele não conseguiu

vencer duma forma decisiva a primeira volta das eleições presidenciais de março de 2012, ele ficou em primeiro lugar obteve 49% dos votos uma larga vantagem contra os sues concorrentes veja o resultado completa da primeira volta das eleições presidenciais de 18 de Maço de 2012 na tabela 1.

Tabela -1 Resultado de 1ª volta das eleições presidênciais de 18 de Março de 2012

Nomes dos Candidatos	**Partidos**	**Independentes**	**Portento**
Carlos Gomes júnior	PAIGC		49%
KumbaYalá	PRS		23%
SerifoNhamadjo		Independente	16%
Henrique Pereira Rosa		Independente	5%
BaciroDjá		Independente	3,3%
Vicente Fernandes		Independente	1,4%
Afonso Té	PRID		1,4%
SerifoBaldé	PDSSG		0,5%
LuisNancassa		Independente	0,4%

Fonte: Tabelado e computado pelo autor com base em Deutsche Welle. Disponível em:http://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-presidenciais-antecipadas-de-2012-na-guin%C3%A9-bissau/a-15789653 Acesso em: 23. Set. 2016

Como pode observar na tabela-1, em cima Carlos Gomes Júnior saiu como vencedor da primeira volta das eleições presidências sem ter maioria absoluta que corresponde 51% dos votos válidos, portanto, ele iria disputar o segundo turno com o segundo candidato mais votado na pessoa de Kumba Ialá apoio do pelo PRS, mas no segundo turno a vitória de Carlos Gomes Júnior contra Ialá era dada quase certa ele tinha condição de ganhar tendo em conta vantagem dos votos obtida na primeira volta.

Fig. 5 Contagem dos votos na urna

Fonte: Deutsche Welle. Disponível em: http://www.dw.com/pt-002/segunda-volta-das-presidenciais-guineenses-ensombrada-pela-saida-da-missang/a-15875176. Acesso em 27.Set. 2016.

Depois de anúncio definitivo do resultado da primeira volta das eleições pela CNE as tensões políticas aumentaram rapidamente instalou a clima de insegurança, cinco[29] dos oito candidatos derrotadas não reconheceram o resultado que deram a vitória do Carlos Gomes Júnior, eles apresentaram varias queixas exigindo anulação das eleições por parte de CNE e STJ.

Os cinco candidatos além denunciar as fraudes que tem acontecido durante processo eleitoral eles também denunciaram a inconstitucionalidade de candidatura de Carlos Gomes Júnior na qualidade de primeiro ministro e a ilegalidade de uso de bandeira nacional de país pelo PAIGC durante campanha eleitoral. As queixas apresentadas por cinco candidatos foram negadas pelo STJ este órgão considerou processo eleitoral como justa e transparente.

Os observadores internacionais reconheceram que as eleições foram transparentes como afirma (SOUSA, 2013).

> Os observadores eleitorais presentes no terreno consideraram que as eleições tinham decorrido de acordo com as regras internacionais, de forma livre, justa e transparente, sem irregularidades relevantes ou susceptíveis de alterar os resultados.(SOUSA, 2013. p.90).

No entanto, mesmo com reconhecimento de transparência do processo eleitoral por parte de observadores internacionais, os cinco candidatos continuavam exigindo

[29]Os cinco Candidatos são KumbaIalá, SerifoNhamadjo, Henrique Rosa, Afonso Té e SerifoBaldé.

anulação da mesma, entretanto, CNE marcou a segunda volta para dia 22 de abril de 2012. Numa das conferencia de imprensa dado por Kumba Ialá segundo candidato mais votada na primeira volta, recusou de participar na segunda volta das eleições exigindo anulação da mesma, permitindo assim fazer um recenseamento de raiz a fim se fazer uma verdadeira justiça eleitoral. Muitas diligências e negociações foram feitas entre cinco candidatos, lideres das sociedades civis e representantes diplomáticos dos países parceiros da Guiné-Bissau como forma de procurar soluções para saída da crise política vigente no país, sendo assim a participação da Ialá na segunda volta das eleições seria uma forma de garantir o regresso a normalidade constitucional, mas deste vez não foi o caso Ialá continuava firme nas posições de não participar na segunda volta das eleições se isso acontecer, de fato de acordo com a CRGB Carlos Gomes Júnior seria automaticamente proclamado presidente da República.

Com efeito, na véspera de campanha para segunda volta das eleições presidenciais de 2012, Kumba Ialá conjuntamente com um grupo de candidatos derrotas na primeira volta deu uma declaração a imprensa onde afirmou o seguinte[30]:

Nos próximos 15 dias vou "formar e reforçar" as estruturas de base do meu partido (PRS), que "vai estar no terreno para ver quem avança para a campanha."
Nós já dissemos que não haverá campanha para ninguém, já afirmamos e repetimos várias vezes que não haverá campanha a nível nacional. Caso vier alguém a fazer campanha a responsabilidade será desse alguém e as consequências serão dessa pessoa, porque eles sabem que não há condições para que ninguém faça campanha.
A declaração de Ialá deixa clara que o processo eleitoral estará interrompido poucas horas depois dele ter preferido essa declaração a imprensa se deu o golpe.

De acordo com (Sousa, 2013) os militares ocuparam a televisão e rádio nacional, a sede do partido PAIGC e atacaram com morteiros e granadas a residência do primeiro ministro Carlos Gomes Júnior. O presidente da República interino Raimundo Pereira foi preso na sua residência por militares, tal como o primeiro

[30]Conferencia de imprensa dada pela KumbaIalá , reafirmou que o grupo contesta a totalidade do processo eleitoral e exige a anulação das eleições. Disponível em: http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/14141237.html Acesso em: 01. Out. 2016

ministro Carlos Gomes Júnior apesar de gravidade dos ataques não houve derramamento de sangue.

Na sequência começou a perseguição de figuras politicas maioria deles eram membros de governo deposto estes tiveram que refugiar-se nas delegações diplomáticas em Bissau onde permanecem alguns meses. (Sousa 2013) reforçou o nosso argumento ao afirmar que após o golpe não foram pacíficos e sucederam-se as violações de direitos humanos por parte das Forças Armadas, com perseguições a membros do Governo deposto ou apoiantes do PAIGC. Muitos conseguiram refúgio em embaixadas, organizações internacionais ou fugiram para o estrangeiro. Houve também roubos e pilhagens.

Não era fácil identificar quem era líder das elites militares que praticaram o golpe tendo em conta estratégia usado por eles de autodenominar a cúpula de “Comando Militar” conforme (SOUSA, 2013).

> A autoria do golpe é assumida por um comando militar sem que sejam bem identificados quem faz parte do mesmo. O auto-intitulado comando militar, porém, informa, através do seu porta-voz, o tenente-coronel Daba Na Walna, que não se tinham registado alterações ao nível das chefias militares. O General António Indjai (CEMGFA) alguns dias depois do golpe e após alguma contra-informação surge à frente dos golpistas. (Sousa, 2013. p.90).

CEMGFA António Indjai havia afirmado um ano antes numa declaração que ele nunca iria dar golpe do estado não era da sua competência destituir um governo democraticamente eleito pelo povo como vimos no inicio deste capítulo, mas a promessa não foi comprida os militares aliaram-se com alguns partidos políticos para ascensão ao poder de acordo com relatório de Amnistia Internacional (AI, 2012) no seguimento do Golpe de abril de 2012, vários partidos políticos da oposição apoiaram publicamente o golpe, incluindo o Partido da Renovação Social – PRS, e alguns dos candidatos derrotados na primeira volta das eleições presidenciais realizadas no dia 18 de Março de 2012.

Fig 6. António Indjai, Ex-CEMGFA.

Fonte: http://www.dw.com/pt-002/elei%C3%A7%C3%B5es-gerais-na-guin%C3%A9-bissau-o-in%C3%ADcio-de-um-caminho-para-a-reconstru%C3%A7%C3%A3o-do-estado/a-16880337 Acesso em: 01. Out.2016.

Conforme analises realizadas por (Sousa, 2013) e (Djau, 2016)a presença das tropas angolana no País foi tida como motivo do golpe. Mas isso não era única justificativa do golpe havia outros argumentos de fato apresentados pelos autores para justificar o golpe como podemos ver na afirmação de (Sousa, 2013).

> O Comando Militar, depois de vários comunicados e tentativas frustradas de explicar o golpe, identifica como principal causa para a ação dos militares, a existência de um acordo secreto entre o Governo de Carlos Gomes Jr. e Angola para o desmantelamento das Forças Armadas da Guiné-Bissau Porém a reação da população é na sua generalidade bastante crítica e contrária ao golpe. Independentemente das razões justificativas, a motivação imediata é alcançada, a suspensão do processo eleitoral. (Sousa, 2013 p.90)

No nosso entendimento, as razões apresentadas pelos autores do golpe não justificava depor ou afastar um governo democraticamente eleito pelo povo, os argumentos do comando militar visava obter o apoio popular através de apelo de sentimento de nacionalista contra um invasor estrangeiro, o acordo secreta trata-se de uma carta datada de 9 de abril de 2012 de autoria de Carlos Gomes júnior endereçada à secretario geral das Nações Unidas Ban Ki –Moon onde solicitou a intervenção duma força internacional de manutenção de paz, dotada de amplos

poderes para preservar a instabilidade politica e acompanhar o processo de reforma no país. Como podemos ver o trecho da carta[31].

"Com vista a se travar esta situação que ameaça a paz e a segurança da Guiné-Bissau, com possíveis repercussões regionais, solicito que o Conselho de Segurança, no âmbito das suas atribuições plasmadas no artigo 24.º, da Carta das Nações Unidas, como órgão garante da paz e segurança internacionais, analise, em sessão extraordinária, a situação interna da Guiné-Bissau em resultado da não-aceitação das eleições democráticas, livres, justas e transparentes, e delibere o envio de uma força de manutenção de paz na Guiné-Bissau, com poderes amplos".

Para autoridades nacional não havia razão que justificasse a vinda de uma força internacional de interposição porque o país não estava em guerra, além disso, o governo deposto atuou sem o conhecimento de conselho de ministros e sem autorização de assembleia nacional popular (ANP).

Sendo assim a melhor forma de travar sublevação seria via golpe, os militares guineenses argumentaram que foi obrigado a recorrer via inconstitucional para se defender-se direito a vida. CEMGFA guineense António Indjai havia denunciado a missão angolana dois dias antes do golpe do que o governo angolano em 2011 enviou secretamente para MISSANG sem o conhecimento do executivo e da FA da Guiné-Bissau um lote de material de guerra composto por 12 carros de combate, morteiro armas de calibre médio (ZGU1) montadas em viatura. Além disso, em novembro de 2011 o contingente angolano reforçou material bélico nas suas instalações os tanques de combate, integrou forças especiais no efetivo equipadas de coletes anti-balas.

É de salientar que (Seabra, 2012) e (Sousa, 2013) reiteram que dias antes do golpe havia sido anunciado fim da MISSANG a autoridade angolana iria deixar o país muito embora que nenhuma data para partida foi marcada, o governo angolano

[31]No dia 18 de abril de 2012, Forças politicas da oposição apresentam aos jornalistas, uma copia de um documento que alegam ter sido redigido pelo primeiro ministro Carlos Gomes Junior, a solicitar às Nações Unidas uma força de manutenção de paz com um mandato amplo. (Ver RTP noticias) Oposição guineense mostra carta atribuída a Gomes Júnior que pede missão da ONU. Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/mundo/oposicao-guineense-mostra-carta-atribuida-a-gomes-junior-que-pede-missao-da-onu_n546120 . Acesso em 03. Out. 2016

decidiu acabar com a missão de MISSANG na sequencia de contestações e criticas feita por alguns políticos da oposiçãoe também pelaFARP da Guiné-Bissau.

> Esta força militar angolana nunca foi bem vista por todos, e muitos opositores de Carlos Gomes Jr. criticaram a presença de uma força estrangeira no país. Embora com fachada de missão de cooperação, a força angolana à medida que a sua presença se implanta no terreno e o tempo avança, passa a ter um papel fundamental na defesa de Carlos Gomes Jr. e de outras figuras do Governo.(Sousa, 2013 p.91)

A missão da cooperação técnica-militar angolana MISSANG chegou Guiné-Bissau em maio de 2011 o ex-presidente da república Malam Bacai Sanha foi quem presidiu a cerimonia de lançamento da MISSANG. O papel da referida missão era apoiar a reforma no setor da defesa e segurança composta inicialmente pelos 200 homens com intenção de aumentar o número de efetivos mais tarde. Os militares guineenses sentem-se incomodados com presença de tropas angolana no país, claro que esta missão poderia diminuir a liberdade de movimento e de interferênciados dos militares guineense snos assuntos políticoque muita das vezes culmina com destituições dos governos legais este cenária não é novidade na Guiné-Bissau como podemos observar no quadro-3 já tinha acontecido muitos golpes do estado no país.

Quadro 3. Golpes de estado concretizados entre 1980 a 2012[32]

Ano/ mês	**Nomes dos presidentes depostos do poder**	**Nomes dos lideres do golpe**	**Função após o golpe**
14 de Novembro de 1980	Luís Cabral	Geral João Bernardo Vieira "Nino"	Presidente da República
7 de Junho de 1998/99	Geral João Bernardo Vieira "Nino"	General Ansumane Mané	CEMGFA
14 de Setembro de 2003	Kumba Ialá	General Verissimo Correia Seabra	CEMGFA
2 de Março de 2009	Geral João Bernardo Vieira "Nino" (assassinado)	Militares desconhecidos da FARP	Continua dentro de forças Armadas
12 de Abril de 2012	*Raimundo Pereira (presidente da República interino)	*General António Indjai	*CEMGFA

Fonte: Elaborado e modificado pelo autor com base em: (DE CARVALHO, 2010. p.95)

Após o golpe de estado de 12 de abril de 2012, com a influência de CEDEAO no país foi instituído um governo de transição composta por principais forças de oposição cuja missão foi de preparar as eleições gerais previstas no prazo de um ano, esse governo terá como as prioridades politicas, o pagamento de salários da função pública e a criação de condições para salvar o ano letivo 2012. Na afirmação

[32] Em todos os golpes de estado que aconteceu no país, somente no primeiro golpe em 1980 protagonizado pelo General João Bernardo Vieira "Nino" onde afastou primeiro presidente da república pós a independência Luís Cabral que os militares assumiram poder, o líder do golpe ocupou cargo de presidente da república. Depois disso, todos outros golpes de estado os militares não permanecem no poder fisicamente, devolvem o poder para os cívis apesar de que eles continuam a ter a influência muito forte na tomada de decisão em termos politico. Por exemplos nas formações dos governos após golpe.

de (SANHÁ 2012, p.70) CEDEAO legitimou, o golpe de estado, esta organização influênciou na nomeação de um Presidente interino de Transição na pessoa do primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) e primeiro vice-presidente do parlamento da CEDEAO, Serifo Nhamadjo, que havia sido candidato às eleições presidenciais, ficando em 3.º lugar com 16% do total dos votos expressos, e ainda nomeou um Primeiro-Ministro do Governo da Unidade Nacional, o Eng.º Rui Duarte de Barros, ex-ministro das Finanças do PRS.

Fig.7 Serifo Nhamadjo Presidente da República de Transição, nomeado após o golpe.

Fonte: https://ventosdalusofonia.wordpress.com. Acesso em: 07. Out.2016

CEDEOA manteve absolutamente a tolerância do golpe, uma vez que reconheceu e ajudou na formação do governo de unidade nacional esta posição contrapõe o conceito que esta mesma organização havia definido sobre democracia e boa governação “Tolerância Zero” com relação a tentativa de alcançar o poder por via do

golpe do estado ou de qualquer formas inconstitucionais. (Sousa 2013,) resumiu intervenção de CEDEOA no país na resolução de conflito de seguinte maneira.

> Esta solução apoiada pela CEDEAO para a resolução do conflito manteve os golpistas no poder sem qualquer sanção e rejeitou o regresso dos líderes eleitos democraticamente. A CEDEAO impôs, assim, à população um Presidente, um Primeiro-ministro e um Governo. Uma solução bem afastada da linha defendida pela CEDEAO do princípio da tolerância zero para os golpes de estado. De salientar também a posição contraditória assumida pela CEDEAO face ao golpe de estado no Mali. (Sousa, 2013, p. 95).

A decisão tomada de CEDEAO de apoiar o governo de transição envolve disputas e interesses geopolíticos entre grandes potências nomeadamente Nigéria, Costa do Marfim e Senegal ambas pertencem membro desta mesma organização de África ocidental contra Angola e Portugal apoiado pelo CPLP todos esses países tinham interesses na Guiné-Bissau. (Sousa, 2013) apontou as razões que levaram os principais países potentes dessa organização de costa ocidental africana ajudar governo de transição encontrar saída da crise politica na altura.

> As razões para os três países membros da CEDEAO apoiarem a atual solução de transição aproximam-se mas são distintas. A Costa do Marfim, não quer Angola na região, o Presidente Alassane Outtara e também actual presidente da CEDEAO, não esquece que após os resultados eleitorais e ao impasse que se seguiu em Novembro de 2010, José Eduardo dos Santos apoiou o seu opositor, Laurent Gbagbo e ofereceu-se para enviar tropas se necessário. Para o Senegal a questão de Casamansa continua na ordem do dia e a entrada de tropas senegalesas no território da Guiné-Bissau, seria a melhor forma de encurralar os separatistas, outra questão que influencia a posição senegalesa é o seu interesse em não perder a primazia que tem ao nível da entrada e escoamento de produtos por via marítima, com a construção do porto em Buba. Por outro lado, serviria para aumentar o seu protagonismo junto das autoridades de Bissau, cuja influência diminuiu com a presença de Angola. (Sousa, 2013, p.95)

Guiné-Bissau é um pequeno país, apesar de que tem vivido a instabilidade politica nos últimos anos, mas possui enorme riqueza como (Dos Santos, 2015) nos mostra ao afirma que a Guiné-Bissau não é tão insignificante como ele aparece várias vezes na mídia é um pequeno país que possui uma quantidade de recursos naturais consideráveis grande parte desses recursos ainda não estão explorados, além disso, o país apresenta boas oportunidades de investimento e goza de uma localização estratégica com implicações para a estabilidade regional e internacional.

Com efeito, esses fatores a influenciou geoestratégico e geopolítica no qual alguns países vêm procurando aproximar da Guiné-Bissau.

(Sousa, 2013) aponta caso de Angola que tinha interesses estratégicos e econômicos na Guiné-Bissau, além disso, procurava alargar a sua área de influência e acesso a novas matérias primas. As jazidas de bauxite (estimadas em 110 milhões de toneladas) esse fato despertou atenção de vários países, Angola estava a desenvolver os projetos de construção de porto na água profunda de Buba, construção ferroviária que liga o porto de Buba para Bamako (capital do Mali) as concretizações destes projetos certamente iriam influenciar na queda de economia de alguns países vizinhos da Guiné-Bissau. Na mesma linha (Dos Santos, 2015) traz outra perspectiva com relação a presença de tropas angolanos na Guiné-Bissau além de interesses comerciais destacando assim a estratégia militar.

> A presença de tropas angolanos na Guiné-Bissau era uma estratégia de Luanda exportar segurança para outros países de África incluindo a sua contribuição para a reforma no setor da defesa e segurança, essa estratégia era fundamentada na utilização das forças armadas como uma politica externa, portanto, a Luanda queria instalar em Bissau uma base militar, no qual teria facilidade de projetar o poder e influência na região. A presença ativa de Angola na Guiné-Bissau permite a Luanda alcançar maior projeção na esfera de influência da CEDEAO trazendo consigo implicações para Nigéria e também Senegal (Dos Santos, 2015. p 12).

Com feito golpe de estado de 12 de abril de 2012, foi um oportunidade dos países como Senegal e Nigéria membros de CEDEAO recuperar a sua influência politica, econômica e militar na Guiné-Bissau que estava sendo ameaçado por Angola um país rival que pertence outro bloco regional.

Com relação à intervenção do Portugal na busca de solução após o golpe de 12 de abril de 2012, o posicionamento deste país membro de CPLP era totalmente ao contrario à do CEDEAO, Portugal queria salvaguardar e consolidar os interesses econômicos que tinha com governo deposto, o golpe afeta economicamente Portugal sendo assim, tentou sem sucesso através de ONU impedir a influência de CEDEAO na região prosseguir com o esforço em conjunto com autores do golpe e partidos da oposição na formação de um governo de transição. Como podemos ver na afirmação de (THOMPSON, e O’REGAN, 2013).

> Enquanto ocupou um assento no Conselho de Segurança da ONU de 2011 a 2012, Portugal poderá ter conseguido travar os esforços da CEDEAO para promover uma estratégia de envolvimento da ONU com o governo de transição. Segundo os críticos da CPLP, Portugal é visto como tendo ficado a perder na questão do golpe de estado. Algumas empresas portuguesas importantes, incluindo franquias estatais, têm ligações com empresas associadas a Carlos Gomes Jr., nomeadamente a retalhista de petróleo Petromar, detida maioritariamente pela Galp Energia, e o maior banco de retalho do país, o Banco da África Ocidental (BAO), anteriormente detido por um importante banco de investimento português, o Montepio Geral.(THOMPSON, e O'REGAN, 2013.p. 30).

Na análise que se faz, a disputa entre diferentes intervenientes na busca de solução após o golpe de estado de 12 de abril de 2012, esta ligada diversas interesses cada país ou organização estava tentando posicionar defendendo assim o seu interesse. CEDEAO mudou a regra do jogo que havia sido estabelecido apoiou os golpistas a fim de salvaguardar os seus interesses implamentou as forças de segurança no país ECOMIC uma missão de manutenção de paz, composta por militares e policias dos países membros desta organização como Senegal, Togo, Nigéria, Burquina Faso e Costa de Marfim reafirmando assim uma potência regional. Portugal e Angola membros da mesma organização CPLP no qual Guiné-Bissau pertença não alinhou com autores do golpe e nem com a decisão de CEDEAO.

4.2 RESISTÊNCIAS CONTRA O GOLPE

O golpe de 12 de abril de 2012 protagonizado pelo comando militar põem em causa os valores fundamental de um estado de direito democrata como justiça, democracia, paz, e diretos humanos esta situação tem agravado a instabilidade crônica comprometendo assim o desenvolvimento do país.

Os guineenses não foram passivos depois do golpe de 12 de abril de 2012, tinham coragem e foram para as ruas de Bissau poucos dias depois de golpe no qual foram realizadas as manifestações espontâneas e pacificas dos jovens e mulheres contra o golpe exigindo a restabelecimento de ordem constitucional.

Foi criado Frente Nacional Anti-golpe (FRENAGOLPE), liderado por Iancuba Indjai plataforma de grupos da sociedade civil e partidos políticos com o objetivo de contestar o golpe. Esta organização desenvolveu vários protestos no capital visando mostrar ao mundo a necessidade de respeito pela ordem constitucional, vale

ressaltar, que Incuba Indjai[33] secretario executivo de FRENAGOLPE tinha afirmado varias vezes que não reconhece o presidente da república e nem primeiro ministro ou qualquer órgão formado por via inconstitucional.

Dias depois houve as repressões por parte dos militares contra os manifestantes e também graves violação dos direitos humanos, segundo(o Relatório de Amnistia Internacional de 2012),O Comando Militar proibiu todas as manifestações e emitiu repetidamente ordens reiterando a proibição e ameaçando tomar “medidas severas”, que não foram especificadas, contra os manifestantes que protestassem contra o golpe e apelassem ao restabelecimento da ordem constitucional. Com isso, A circulação das pessoas e reuniões incluindo a liberdade de expressão foi reprimida. O mesmo relatório ainda afirma que no dia 11 de Maio de 2012, o Comando Militar emitiu outra ordem, proibindo uma manifestação organizada pela FRENAGOLPE para o dia seguinte, avisando que os que desafiassem a ordem do Comando Militar seriam considerados responsáveis por aquilo que acontecesse durante as manifestações. Perante a situação, a manifestação foi cancelada. A FRENAGOLPE tinha convocado a manifestação para protestar contra o apoio da CEDEAO ao Comando Militar e contra a nomeação de SerifoNhamadjo como presidente interino do país.

Mesmo com o impedimento de efetuar a manifestações e protestos contra o golpe via pública pelo comando militar as resistências continuavam, desta vez a Frenagolpe mudou estratégia optou desenvolver suas ações por vias de meios de comunicações sociais através de conferencias de imprensas e comunicados na rádio. Entretanto, ameaças e repressões por parte dos militares não parava soube-se que Iancuba Indjai, o líder do Partido da Solidariedade e Trabalho secretário de frenagolpe foi brutalmente espancando pelos militares.

Com relação a partido deposto do poder PAIGC, fez a resistência duma forma política recusando assim de participar das negociações convocado pelo comando militar no sentido de procurar uma solução, conforme, (Sousa, 2013).

33

Ver a nota de imprensa emitido no dia 18 de maio de 2012. (Frenagolpe na Guiné-Bissau apela à desobediência civil). A FRENAGOLPE apela a que o povo guineense enverede pela desobediência civil numa reação à designação pela CEDEAO de um Presidente da República interino que já empossou um primeiro-ministro. Informação disponível em: http://pt.rfi.fr/africa/20120518-golpe-de-estado-guineense-continua-ser-contestadoAcesso em: 09. Out. 2016

> Logo após o golpe, o comando militar iniciou negociações com os partidos políticos da oposição e com membros do PAIGC não alinhados com Carlos Gomes Jr. O PAIGC recusou-se desde o início a fazer parte destas negociações, não reconhecendo legitimidade às partes envolvidas. (Sousa, 2013.p. 94).

Eventual participação do PAIGC na reunião legitimaria o golpe a direção do partido decidiu não participar da reunião[34], exigindo a manutenção de ordem constitucional democrata, apesar de que houve a divisão no seio do PAIGC alguns membros do partido que havia contestado a candidatura de Carlos Gomes Júnior participaram nas reuniões como sinal de reconhecimento de golpe e desempenharam papel dos colaboradores dos golpistas.

4.3 REAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Depois de golpe de 12 de abril de 2012 a palavra mais usada nos comunicados e notas de imprensa era exigimos e pedimos a “reposição de ordem constitucional” quer dizer era um apelo de respeitar a democracia e de restabelecimento de governo democraticamente eleito pelo povo.

Qualquer golpe de estado é antidemocrático, não é aceite. Os militares não poderia interromper mandato de um governo democraticamente eleito e impondo a sua vontade.

O golpe foi condenado veementemente a nível nacional, segundo (o relatório de amnistia internacional, 2012) A LGDH e a maioria dos grupos da sociedade civil, assim como partido no poder PAIGC e outros partidos políticos condenaram o golpe. Os cidadãos comuns foram protestando nas ruas porque ficaram decepcionados com atitude de comando militar e exigindo a respeito aos resultados provenientes das urnas que representa a vontade da maioria.

A comunidade internacional e organizações também foram unanime no sentido de condenação do golpe solidarizaram com governo deposto e apelou que fosse

---

[34] No dia 18 de abril de 2012, o comando militar organiza a assinatura de um acordo de estabilização e manutenção da ordem constitucional e democrata, assinado por 12 partidos políticos, mas sem a participação do PAIGC. Para além da criação do Conselho Nacional de Transição e instauração de regime de transição pelo período de dois anos são apresentadas varias reivindicações para o regresso dos militares as casernas: Como nomeação de um novo presidente, a realização de novas eleições presidenciais e legislativa no prazo de dois anos (sem participação de Raimundo Pereira e Carlos Gomes Junior). Foi também nomeado para chefiar este CNT, Braima Sori Djalo do (PRS).

restabelecida a ordenação constitucional e exigiu a libertação de Carlos Gomes Júnior e Raimundo Pereira à conclusão do processo eleitoral.

> Internacionalmente a condenação do golpe foi generalizada e nos dias seguintes as declarações das organizações internacionais sucederam-se. Destacam-se as reacções contundentes da Comunidade dos Países de Lingua Portuguesa (CPLP), da União Europeia (UE), da União Africana (UA), das Nações Unidas (NU), exigindo todas o retorno imediato e incondicional à ordem constitucional, a conclusão do processo eleitoral e a aplicação de sanções aos golpistas. Na sequência das reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi adoptada a Resolução 204821 exigindo o afastamento do comando militar e o restabelecimento da ordem constitucional, bem como um anexo com a lista de militares sobre os quais recaiam sanções. (Sousa, 2013. P.92)

O posicionamento de CEDEAO inicialmente condenou o golpe e impõe as sanções até a retorno da normalidade constitucional seria forma de pressionar autores de golpe aceitar a decisão da comunidade internacional meses depois a própria CEDEA começou a negociação com golpistas na reunião que tiverem lugar em Dacar e depois em Abidjan 26 de Abril de 2012 na Costa de Marfim, no qual as soluções negociadas com CEDEOA e autores do golpe eram totalmentecontrario ao de CPLP, ONU, EU e UA estes últimas organizações mantiveram posição firme na condenação do golpe e não reconheceu governo de transição.

> União Africana suspendeu a Guiné-Bissau até o legítimo governo ser reposto. No dia 3 de Maio, a União Europeia proibiu a entrada em território comunitário, e congelou os bens, a seis pessoas “responsáveis de ameaçarem a paz, segurança e estabilidade da Guiné-Bissau”. Duas semanas mais tarde, a ONU impôs também aos líderes militares uma proibição de viajarem. (RELATÓRIO DE AMNISTIA INTERNACIONAL, 2012).

A União Europeia[35] deu as sanções individuais para alguns militares responsáveis do golpe entre eles António Indjai CEMGFA, o tenente coronel Daba Na Walna porta voz de comando Militar, MamaduTuré, Augusto Mario Có, Estêvão na Mena e Ibraima Papa Camará, estes militares foram impedidos de entrar no território

[35]O general António Indjai, chefe de estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, é alvo de sanções da União Europeia, que atingem ainda outros cinco militares, considerados responsáveis pelo golpe de Estado.(ver DeustcheWelle (04 de maio de 2012) “Chefe das Forças Armadas guineenses lidera lista de sanções da EU”. Disponível em :http://www.dw.com/pt-002/chefe-das-for%C3%A7as-armadas-guineenses-lidera-lista-de-san%C3%A7%C3%B5es-da-ue/a-15927889. Acesso em: 11. Out. 2016

comunitário de EU e também tiveram os seus bens congelados. Ressaltando que os militares que foram sancionados pelo EU tinham viajados livremente no espaço da CEDEAO.

A única autoridade reconhecida na Guiné-Bissau pelo CPLP foi governo proveniente do resultado do voto popular na urna, rejeitou a constituição de governo de transição ou conselho nacional de transição, na sequencia da resolução sobre a situação da Guiné-Bissau adotada na VIII reunião extraordinária do conselho de ministros de CPLP[36] em 14 de abril de 2012 em Lisboa foi adotado algumas exigência em nota produzida pela CPLP no qual a organização decide o seguinte:

1) *Condenar, com veemência, todas as ações de subversão ocorridas na Guiné-Bissau, exigindo a imediata reposição da ordem constitucional, da legalidade democrática e a conclusão do processo eleitoral*;
2) *Instar todos os implicados a cessarem de imediato os atos violentos e ilegais, que são objeto de condenação por parte de toda a comunidade internacional;*
3) *Afirmar, perante o povo guineense e a comunidade internacional que as únicas autoridades reconhecidas pela CPLP na Guiné-Bissau são as que resultam do exercício do voto popular, da legalidade institucional e dos imperativos da Constituição, repudiando quaisquer atos de entidades que possam vir a ser anunciadas na sequência do golpe militar,*

São alguns pontos decididos na resolução, para (THOMPSON, e O'REGAN, 2013) CPLP acolheu governo deposto do poder sendo considerada legítima do país.

> A abordagem da CPLP tem sido abertamente contrária à da CEDEAO. Os líderes depostos da Guiné-Bissau têm representado o país nas cimeiras da CPLP realizadas desde o golpe. A organização não reconheceu as autoridades de transição e defende a retoma imediata da ordem constitucional. Entretanto, Gomes Jr. e outras personalidades políticas e militares exiladas têm residido em Portugal, sede da CPLP. Em suma, tanto a CPLP como a CEDEAO parecem apoiar redes distintas de aliados na Guiné-Bissau, agravando a polarização política e reforçando as rivalidades no seio da classe dirigente no país. (THOMPSON, e O'REGAN, 2013. p.30)

[36] Nota 102. Resolução da CPLP sobre a Situação na Guiné-Bissau Resolução adotada na VIII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Lisboa, 14 de Abril de 2012 Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3023-resolucao-da-cplp-sobre-a-situacao-na-guine-bissau Acesso em 11. Out. 2016

Na nossa analise CPLP reagiu muito duro queria dar “status quo ante” exigiu retorno de ordem constitucional, isto é,a reposição de governo deposto um presidente da república interino. Esta decisão não foi aceite pelos autores do golpe preferem assim enfrentaram todas as consequências e foram acolhidas pelo CEDEAO, a influência desta organização regional ao propor negociações acabou de enfraquecer a posição assumida pela CPLP, o golpe concretizou os militares conseguiram os objetivos desejadas a pesar que não assumam poder fisicamente, mas todas as reivindicação deles foram atendidas.

4.4 IMPACTOS DO GOLPE DE ESTADO

Os efeitos de golpe estado de 12 de abril de 2012 foram amplos, teve repercussões muito negativa todos os setores foram praticamente atingidos pelo golpe. O golpe de estado aconteceu em pior época, porque foi no momento em que estava iniciando a campanha de comercialização de castanha de caju este produto contribuiu significativamente para economia nacional, o desempenho econômico do país depende principalmente do preço de castanha de caju no mercado internacional.

Os empresários exportadores internacionais principalmente os indianos, que estavam desenvolvendo as atividades para inicio de compra de castanha de cajú na mão dos agricultores tiveram que voltar devido a insegurança que se verificava no momento, sendo assim os pequenos produtores das zonas rurais que dependem da venda deste produto para ganhar o sustento maioria não conseguiu vender a castanha de caju e outros venderam por um preço inferior do que tinha sido estabelecido no mercado. Afetando negativamente o rendimento da populações camponesas e também constituiu uma perda significativa para economia do país. Segundo o (Relatório de Perspectivas Econômicas em África PEA, 2013) o crescimento econômico de Guiné-Bissau deverá situar-se 1,5% em 2012, contra 5,3% em 2011. Esta desaceleração explica-se pela queda registrada na produção e no preço da castanha de cajú, a evolução macroeconômica tem sido afetada pelo golpe de estado de 12 de abril de 2012.

A situação social piorou as agencias bancárias foram encerradas muitas pessoas deixaram capital Bissau e foram para interior do país porque em Bissau não havia governo e nem dinheiro no interior eles poderiam vender castanha de caju para conseguir alimentar-se. De acordo com relatório de Amnistia Internacional (AI2012)

o preço de saco de 50 kg de arroz, um alimento de base da população aumentou de 20.000 FCFA para 25.000 francos CFA. Um funcionário público guineense recebe 60.000 Fcfa (equivale 3203 reais) por mês, e que o salário mínimo é de 30.000 Fcfa (equivale 1601 reais). O governo de transição não tinha capacidade de pagar os salários e outras despesas houve a paralisação[37] na função pública, na educação, nos setores da saúde, na energia e nos transportes, a crise social aumentou no capital falta de luz e agua.

A situação lamentável na função pública guineense a promoção não se faz pela meritocracia, mas sim na base de camaradagem, do clientelismo e do nepotismo depois do golpe de 12 de abril de 2012 maiorias dos diretores gerais da administração pública que sejam militantes ou simpatizantes do PAIGC, assim como governadores das regiões e administradores dos setores foram demitidas das suas funções.

Outra questão preocupante foi a violação dos direitos humanos após o golpe, segundo o relatório de Liga Guineense dos Direitos Humanos (LIGDH, 2010/2012) a situação dos direitos humano tem se agravado foram cometidas violação dos direitos humanos com espancamentos, agressões físicas incluindo detenções ilegais dos jornalistas, músicos e ativistas dos direitos humanos. Maus tratos e perseguição dos políticos e suas famílias, restrições ilegais da liberdade de manifestações e protestos contra golpe com o objetivo de silenciar os opositores do regime.

Cabe destacar também que todas as estações de rádios privadas foram imediatamente encerradas durante 48 horas após o golpe, com exceção da rádio sol Mansi, uma estação de igreja católica e da rádio Nacional da Guiné-Bissau (RDN) que foi autorizada continuar com sua emissão para emitir os comunicados de Comando Militar.

---

[37]Ver (Deutsche Welle. 29/10/2013) Greves paralisam parcialmente Bissau) Greves afetam vários setores na capital guineense: do ensino à saúde, passando pela função pública e pelos órgãos de comunicação sociais estatais. Governo de transição não consegue responder a reivindicações. Disponível em: http://www.dw.com/pt-002/greves-paralisam-parcialmente-bissau/a-17193415 Acesso em 14. Out. 2016

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No inicio da minha dissertação levantei seguinte pergunta, Em que medida os argumentos e discursos utilizados pelo “Comando Militar” poderão ser interpretados como relevantes para compreender as razões na base do golpe de estado de 12 de abril de 2012?

Concluíu-se o trabalho com uma resposta negativa, todos os discursos, argumentos e justificativas apresentadas pelos autores do golpe de estado de 12 de abril de 2012 na Guiné-Bissau, nenhumas delas foram relavante para afastar o governo democraticamente eleito pelo povo. Uma vez que havia sido anunciado fim da MISSANG na Guiné-Bissau, as autoridades angolanas acusados de planejar conspiração contra militares guineense irão deixar o país. Constata-se que independentemente de argumentos e justificativas do comando militar, o objetivo principal do golpe era anulação de processo eleitoral e impedimento de vitória de Carlos Gomes Júnior na segunda volta das eleições prisidencial. Além disso, o processo da reforma no setor militar que estava sendo auxiliada pela MISSANG na Guiné-Bissau a conclusão da reforma iria inverter equilíbrio de poder das elites militares guineense que impõem as suas vontades nas autoridades democraticamente eleitos pelo povo, todos esses fatores influenciaram a fação militar no qual utilizou a sua força das armas e impediu a realização de segunada volta das eleições e consequentemente a conlcuão do processo da reforma.

A pesquisa demostra que a intervenção de CEDEAO de “condenar” o golpe e em seguida apoiar o governo de transição, estaria numa disputa de interesses geopolítica entre os estados membros dessa organização especificamente Nigéria, Costa de Marfim e Senegal contra Angola que pertence a outro bloco regional, mas que detinha uma força de estabilização na Guiné-Bissau MISSANG, o ex-primeiro ministro Carlos Gomes Júnior contava com apoio de missão angolana que assegurava a reforma no setor da defesa e segurança no país era uma estratégia usado por Angola para exportar e projetar a sua influência militar na região. A Nigéria na altura ocupava a presidência temporária de CEDEAO e tinha preocupado com a influência angolana na Guiné-Bissau considerado de ameaçadora a sua estratégia hegemonica a nível regional, sendo assim CEDEAO preferiu tolerar o golpe aproximando e ajudando o governo de transição solucionar crise, como forma

de recuperar a sua influência econômica, política e militar na Guiné-Bissau que estava sendo controlado por Angola.

A instabilidade políticas perdura há mais de uma década na Guiné-Bissau, golpes e tentativas de golpe revoltas militares, a incapacidade das instituições públicas, a impunidade e défice na democracia transformou o país num dos estados mais frágeis na costa ocidental de África, entre 1998 a 2012 foram eleitos 12 primeiros ministros nenhum deles concluiu o mandato, teve 4 presidente da república interino em circunstancia dos levantamentos militares, um presidente da república foi assassinado em exercício da função, três CEMGFA forma assassinados pelos militares em funções e nenhum presidente da republica eleito democraticamente completou o seu mandato todos foram afastados por militares.

No desenvolvimento da minha dissertação encontrei varias respostas, mas conclui que a instabilidade e interferência dos militares nos assuntos político tem a ver com, com o passado histórico dos exércitos guineense conhecido por FARP foram considerados libertadores do povo oprimido com isso, tinha sido consideravelmente respeitada pela população. FARP nasceu na base de partido PAIGC que liderou a emancipação nacional que se deu em 1973 após a independência a luta era entre os guineenses e elites caboverdianos dois povos que lutaram por um único objetivo o conflito culminou com um golpe de estado em 1980 que afastou as elites caboverdianos do poder. Os militares guineense foram decisivas para a mudança do regime, o país passou a ser governada pelas elites militares implamentando assim o regime do autoritarismo esta situação gerou crescente sentimento de poder. Com abertura política e a formação de multipartidarismo em 1994 houve a instrumentalização política das elites militares divido suas influências e estatutos provenientes da luta da libertação nacional essa “aliança do poder” estabecelidas entre militares e político constituiu mecanismos para alançarem os objetivos, deste modo agravou a intensidade e rivalidade de luta pelo poder entre diferentes fações comprometendo a democracia, paz, desenvolvimento e estabilidade no país.

Para desenvolvimento de país e garantir principio democrático que proporciona paz e estabilidade onde os autores políticos possam executar suas funções livremente sem interferência de elites militares, a solução passa necessariamente pela conclusão do processo da reforma no setor da defesa e segurança, é fundamental

comunidade internacional repensar o tipo de reforma que pode ser conduzida no setor da defesa e segurança, um setor muito sensível cada vez que houve simples alteração nesse setor a resposta culmina com violência os militares procuram sempre manter os seus *status quo* que os protege da impunidade.

REFERÊNCIAS

ARVANITIS, Yannis. Guiné-Bissau 2014: **Perspectivas Económicas em África**. AfDB, OECD, UNDP. 2014

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** Salvador. 2013.
Caraterística do sistema produtivo. Disponível em: http://guine-bissau.fi/economia/3. 5.html. Acesso em 16 de Agosto. 2016.

CARDOSO, Carlos. **Formação e Recomposição da Elite Política Moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e Ruptura**s (1910-1999). Coimbra. 2004

CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem Mandou Matar AMÍLCAR CABRAL?** Porto: Editora. Relógio D'agua 1995.

DE CARVALHO, Apolinário Mendes. "**Realidades, Políticas, Sociais e Económicas: Guiné-Bissau"**Lisboa, 2009.

DE CARVALHO, Ricardo Ossagô.**Que Democracia? O Processo de Transição Política Guineense e a Atuação das Forças Armadas na Condução da Política Nacional (1994-2009).** Teresina PI 2010.

DJALO, Mamadú. **Processo de Ocupação da Guiné-Bissau: Um olhar sociológico pela dominação**. 2016.

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar**. Curitiba. 2016

DOS SANTOS, Gustavo Plácido. **Sub-Saharan African Geopolitics in Guinea-Bissau.** IPRIS Viewpoints. 2015

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: Da Unidade à Separação**. Dissertação (mestrado) Porto, Lisboa. 2007

GIRÃO DE SOUSA, Miguel. Guiné-Bissau: **O Golpe Militar de 12 de Abril e a Necessidade da Reforma do Sector de Segurança**. In Lusíada. Política Internacional e Segurança, n.º 8 (2013).

GOMES, Patrícia Godinho, **Os Fundamentos de uma Nova Sociedade: O PAIGC e a Luta Armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**. Torino: Editora L'harmattan. 2010

INDJAI, Tcherno.**Pensamento Politico de Amilcar Cabral: Teoria e Pratica em Momentos Decisivos na Libertação de Guiné-Bissau (1959-1969)**. Vitoria. 2012.
INE GUINÉ-BISSAU Disponível: em http://www.stat-guinebissau.com/ Acesso: dia 13 Set. 2016

JAUARÁ, Manuel. **Dilema de Transição Política na África Lusófona: De Uni para Pluripartidarismo.** Coimbra. 2004

LOPES, Nelson Constantino.**As forças armadas num Estado em “Interrogação**. Lisboa 2010.

NÓBREGA, Álvaro. Guiné-Bissau: **Um Caso de Democratização Difícil (1998-2008)**. Lisboa: Edições ISCSP, 2015.

Perspectivas Econômicas em África (PEA 2013). **Transformação Estrutural e Recursos Naturais**. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Q0Pm5ZafPgAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=Guin%C3%A9-Bissau&f=false. Acesso em dia 25. Out. 2016.

Relatório da Amnistia**. Guiné-Bissau Preocupações da Amnistia Internacional no Seguimento do Golpe de Abril de 2012**. In AmnestyInternationalPublications. 2012. **Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**. Liga Guineense dos Direitos Humanos. Disponível em: http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situa%C3%A7ao-dos-direitos-humanos-2012-VF.pdf.Acesso em 25. Out.2016

RUDEBECK, Lars. **Colapso e Reconstrução Politica na Guiné-Bissau 1998-2000. Um estudo de Democratização difícil**. Editora. Sida Studies n°4 Stockhlm. 2001.

SANGREMAN, Carlos. **Observatório dos Direitos na Guiné-Bissau, Educação, Saúde, Habitação, Agua, Energia e Justiça, ACEP, CESA e LGDH**, Bissau. 2015.

SANHÁ, Ismael Sadilú. **A cooperação com a Guiné-Bissau: os projetos de apoio à reforma do sector de segurança (RSS)**. Lisboa. 2012

SEABRA, Pedro. Guinea-Bissau: **Presidential Election amidst Political Turmoil**. In Ipris Viewpoints. 2012.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A fase do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. Dissertação do (Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos,2009.

TEIXEIRA Ricardino Jacinto Dumas. **Forças Armadas, Narcotráfico do Estado e Democracia Militarizada na Guiné-Bissau**. 2008.

_____. **A Construção Democrática na Guiné-Bissau: Limites e Possibilidades** 2008.

_____. **Consciência nacional, democratização e conflito politico: Semelhança e Diferença entre Guiné-Bissau e Moçambique**. Lisboa. 2010

THOMPSON, Peter e O’REGAN Davin.**Relatório Especial do CEEA: Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África**. 2013.

Jornais eletrônicos

http://ditaduradoconsenso.blogspot.com.br/2012/07/guine-bissau-subida-do-custo-de-vida.html

http://www.dw.com/pt-002/cai-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-caju-na-guin%C3%A9-bissau-ap%C3%B3s-golpe-militar/a-15939108

http://www.didinho.org/#

http://novasdaguinebissau.blogspot.com.br/

http://www.gbissau.com/